

Diário do Legislativo de 18/06/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Filho Patrús

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada BSD
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB
Gilberto
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 28ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Sociedade Bíblica do Brasil - SBB
- pelos 60 Anos de sua Criação

1.2 - 37ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/6/2008

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Aldo Fagundes - Apresentação musical - Declamação de texto bíblico - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Ademir Lucas - Gláucia Brandão - Ivair Nogueira - João Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivair Nogueira) - Às 20h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Aldo Fagundes, Presidente de Honra da Sociedade Bíblica do Brasil - SBB -, representando o Diretor Executivo da SBB, Rudi Zimmer; os Revmos. Srs. Pastor Elmano Pio dos Santos, Presidente do Diretório Estadual da SBB; e Pastor Marcos Adriano Lovera, Gerente do Centro de Distribuição da SBB para os Estados de Minas Gerais e Bahia; a Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão; e os Exmos. Srs. Deputados Ademir Lucas e João Leite, este autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Sociedade Bíblica do Brasil - SBB - pelos 60 anos de sua criação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a gravação do Hino Nacional, com interpretação do Coral da Assembléia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Leite

Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira, representante do Presidente desta Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, e da nossa irmã Lea Nogueira, esposa do Deputado, que o orientou a estar aqui nesta noite; Sr. Aldo Fagundes, Presidente de Honra da SBB, representando o Diretor Executivo da entidade, Sr. Rudi Zimmer; Revmo. Sr. Pastor Elmano Pio dos Santos, Presidente do Diretório Estadual da SBB; Revmo. Pastor Marcos Adriano Lovera, gerente do Centro de Distribuição da SBB para os Estados de Minas Gerais e Bahia; Exma. Deputada Gláucia Brandão; Exmo. Deputado Ademir Lucas, sempre presente em nossas reuniões, especialmente nesta; minhas irmãs e meus irmãos, desejo saudá-los conforme o apóstolo Paulo fazia com seus irmãos e irmãs: "Graça e paz a vós outros, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus".

Há dois séculos, com D. João VI, chegava ao Brasil a primeira Bíblia, o livro mais traduzido, mais vendido e, infelizmente, o mais perseguido em toda a história. Lembro-me do meu tempo de atleta, quando entregava Bíblias no campo e sempre recebia diversas manifestações. Alguns até achavam que a Bíblia pudesse ter algo ruim e tinham dificuldade de tocá-la, mas a maioria a pegava. Hoje posso encontrar alguns colegas desse tempo que conheceram a salvação, o Senhor eterno, por meio da Bíblia.

Encontramo-nos em meio ao cumprimento de profecias bíblicas e assistimos continuamente à realização do que foi predito há muito tempo nas Escrituras. Por essa razão, quero destacar a importância de conhecermos o poder transformador e renovador da palavra de Deus.

A Bíblia age em nossa alma de maneira sobrenatural: através da ação do Espírito Santo, suas palavras moldam o nosso agir de modo que passamos a refletir o caráter de Deus e de Seu Filho Jesus Cristo em nossa maneira de viver. A Bíblia é nosso manual de fé e de vida cristã. Nenhuma manifestação espiritual tem qualquer valor se não houver claro fundamento bíblico, porque a Bíblia é a Palavra de Deus - viva, verdadeira, eficaz e eterna. Conforme está escrito no livro de Hebreus 4:12, ela é "palavra mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até à divisão da alma e do espírito, e das juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração". Mas ela é também palavra de amor, de paz e, sobretudo, de salvação.

Oferece salvação eterna como um dom totalmente gratuito da graça e da misericórdia de Deus. Escrita por um período de mais de 1.500 anos, por mais de 40 autores, em três línguas, em três continentes, discute uma enorme quantidade de assuntos controversos e, ao mesmo tempo, mantém a harmonia entre eles.

Hoje, com o desenvolvimento da mídia, temos cópias da Bíblia em papel e na forma eletrônica. Temos também a Bíblia em braile e em idiomas indígenas.

Se louvamos a Deus pela vida de João Ferreira de Almeida, que, no século XVII, empreendeu um esforço tremendo para traduzir a Bíblia para o português, também louvamos a Deus pela existência da SBB, que não tem medido esforços para levar a Palavra de Deus aos 5.564 municípios brasileiros. A sua produtividade é impressionante. Desde sua fundação, foram distribuídos 69 milhões de bíblias, 13 milhões de "Novos Testamentos", 3.950.000.000 de textos selecionados. Glória a Deus pela vida da SBB!

Muito mais que uma entidade tradutora, produtora e distribuidora de bíblias, a SBB é uma mensageira das boas novas, levando a verdade, porque a Palavra de Deus é a verdade, abençoando lares, salvando vidas e reconciliando o ser humano com seu Criador.

Acordar cada manhã, lançar mão da minha Bíblia, buscando a inspiração e a orientação de Deus para cada dia é algo muito poderoso na minha vida. Quero agradecer a vida da SBB, esse trabalho empreendido durante todos esses anos na nossa Pátria, alcançando tantas vidas, alcançando a minha vida.

Precisamos observar a recomendação de Deus a Josué: "Não se aparte da tua boca o livro desta lei. Antes, medita nele dia e noite, para que tenhas cuidado de fazer conforme tudo quanto nele está escrito; porque, então, farás prosperar o teu caminho, e serás bem sucedido" (Js 1.8).

Parabéns, Sociedade Bíblica. Que o Deus Todo-Poderoso continue a abençoar esse ministério e todos aqueles que a ele têm dedicado sua preciosa vida. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir ao vídeo institucional da SBB.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Ivair Nogueira, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Aldo Fagundes, Presidente de Honra da SBB, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "A Sociedade Bíblica do Brasil, criada com o objetivo de colaborar no processo de divulgação das Escrituras Sagradas, tem-se destacado no campo da ação social ao desenvolver programas que atendem diversos segmentos da população. No Ano da Bíblia, a homenagem do Legislativo mineiro a essa entidade, que está completando 60 anos de serviços prestados à comunidade cristã do País".

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado João Leite, o Deputado Ademir Lucas e a Deputada Gláucia Brandão a nos acompanhar na entrega da referida placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Aldo Fagundes

Eminente Deputado Ivair Nogueira, que preside esta sessão especial, Revmo. Pastor Elmano Pio dos Santos, Revmo. Pastor Marcos Adriano Lovera, Exma. Deputada Gláucia Brandão, Exmo. Deputado Ademir Lucas e Exmo. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Há, sem dúvida, um toque de emoção quando se tem de falar da tribuna da egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que, pela história, é a tribuna da liberdade. Não devo alongar-me, pela natureza desta cerimônia, e anotei aqui cinco pontos, com os quais espero, objetivamente, transmitir minha palavra neste momento.

Ponto um: minha antiga militância política. Nos dias que já estão recuados da minha mocidade, fui um ativo militante da política. Exerci seis mandatos eletivos: Vice-Prefeito de Alegrete, Deputado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e, em quatro legislaturas, integrei a representação do meu Estado na Câmara dos Deputados. Tenho, por isso mesmo, Sr. Presidente, um grande apreço e um grande respeito pelos órgãos legislativos que diretamente representam o povo. Por isso, minha saudação inicial se endereça aos Deputados e Deputadas que integram esta Casa e representam o povo de Minas Gerais aqui.

Tenho também admiração e respeito pelos militantes da política. Sei que às vezes as pessoas pensam em fazer uma declaração importante quando dizem: "Não me envolvo em política". Mas quem não se envolve em política não se envolve na história do seu país. Por isso as minhas homenagens aos integrantes desta Casa.

Ponto 2: Constituição e Bíblia. Certamente aqui, Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, muitas vezes é citada a Constituição da República, a Carta política da Nação, um documento, sem dúvida, importantíssimo para a cidadania e as relações de brasilidade. Mas, nesta noite, falo também de uma outra Constituição: a Bíblia Sagrada é uma Constituição. Enquanto a República é formatada pela Constituição que usamos regularmente, a Bíblia é a Constituição do Reino de Deus. Ali estão estabelecidos princípios fundamentais que orientam a nossa vida no presente e indicam a segurança do futuro.

Eu quis lembrar nesta hora, Sr. Presidente, uma expressão, uma palavra que instantaneamente definisse a Bíblia Sagrada: amor, tolerância, respeito, fé. Mas fixei-me na expressão que modernamente tem sido usada por pedagogos, sociólogos, pelas pessoas que se preocupam com relações humanas. Eu aponto a Bíblia como o livro da educação do caráter. E esta me parece, nesses dias, a mensagem fundamental e a matéria da qual nós mais necessitamos. Muitas das doenças sociais, rigorosamente, são doenças do caráter, e é este que precisa ser restaurado na vida da Nação, para que alcancemos os frutos desejados.

Ponto 3: Ano da Bíblia. Porque perguntei, quando fui chamado para participar da reunião do lançamento do Ano da Bíblia, em Barueri, São Paulo: por que 2008? Fui informado e percebi claramente que este é um ano especial na história do nosso país. Estamos celebrando o bicentenário da vinda da Família Real para o Brasil e as conseqüências inúmeras que surgiram a partir desse momento histórico, como a criação de cortes no Judiciário, do Banco do Brasil, de bibliotecas, da imprensa. Várias instituições surgiram a partir da vinda da Família Real para o Brasil. E para nós, cristãos, Sr. Presidente, um fato muito especial, muito particular, foi a partir da abertura dos portos para as nações amigas: começaram a chegar aqui navios da Europa, e os navios da Inglaterra trouxeram bíblias que passaram a circular entre nós. Por isso, 2008 é o Ano da Bíblia, numa recordação histórica de um momento importante para o País e para o povo de Deus.

Ponto 4: a Bíblia manuscrita. Certamente os irmãos e as irmãs não desconhecem a forma como esse livro chegou até nós. Quantas dificuldades, escrito em peles de cabra, em lâminas de argila, em tábuas, em papiros.

Quantas dificuldades! Mas, graças a Deus, os copistas escreveram esse livro, escreveram esses textos para preservar mensagem tão relevante. Neste ano, para assinalar melhor o bicentenário da presença da Bíblia, a Sociedade Bíblica lançou o projeto A Bíblia Manuscrita, que circulará nos diversos Estados da Federação brasileira, dando oportunidade para que cada interessado copie e escreva um versículo bíblico. São mais de 30 mil versículos, e mais de 30 mil pessoas em cada Estado do Brasil serão mobilizadas para homenagear os copistas, aqueles que, na Idade Média e através dos tempos, preservam a Bíblia para nós até hoje.

No encerramento desta cerimônia, os irmãos terão a oportunidade de participar desse evento, que ainda se prolongará ao longo do ano, não só em Minas, mas em outros Estados da Federação. Ao final, teremos exemplares da Bíblia manuscrita.

Finalmente, o ponto 5 é o ponto de agradecimento. Respeito, admiro e elogio o eminente Deputado João Leite, a quem cumprimento pela iniciativa de promover esta reunião especial. Agradeço ao Presidente, às autoridades da Mesa e aos membros desta Assembléia Legislativa o acolhimento ao requerimento e a beleza que está sendo esta reunião tão especial.

É um cacoete de Deputado: não sei se aqui em Minas é seguido, mas, no Rio Grande do Sul, quando um Deputado vai à tribuna e vê um auditório atento, é um convite para continuar ao microfone. Mas devo deixar esta tribuna porque já cumpri o meu papel. Renovo os meus cumprimentos à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ao Deputado João Leite, aos membros da Mesa e a todos os convidados que participaram deste momento tão bonito, que faz bem para o coração e para a alma.

Neste momento, entregaremos dois exemplares da Bíblia Sagrada, um para o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, e o outro para o Deputado João Leite.

- Procede-se à entrega dos exemplares da Bíblia.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir as cantoras Elaine Araújo da Silva e Meriane Araújo da Silva, que apresentarão as músicas "Rude Lenho" e "Jerusalém".

- Procede-se à apresentação musical.

Declamação de Texto Bíblico

O locutor - Neste momento teremos a declamação de um trecho da Bíblia que se refere a Samuel 1:17, a história de Davi e Golias, pelo Pastor Cornélio Augusto Pereira.

O Pastor Cornélio Pereira - Boa-noite. Este talvez seja o texto mais primoroso da Palavra de Deus: Samuel 1:17 - Davi e Golias. Gostaria que os que estivessem com a Bíblia acompanhassem a apresentação. Baseei-me na edição revista e atualizada da SBB.

- Procede-se à declamação do texto bíblico.

Palavras do Sr. Presidente

Sr. Aldo Fagundes, Presidente de Honra da SBB, representando o Sr. Rudi Zimmer, Diretor Executivo da entidade; Revmo. Pastor Elmano Pio dos Santos, Presidente do Diretório Estadual da SBB; Revmo. Pastor Marcos Adriano Lovera, Gerente do Centro de Distribuição da SBB para os Estados de Minas Gerais e Bahia; querida Deputada Gláucia Brandão; meu amigo Deputado Ademir Lucas, que muito tem contribuído para esta Assembléia; Exmo. Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; em primeiro lugar, quero agradecer o maravilhoso presente ora recebido, que será de muita utilidade em nossa vida, e parabenizar o Deputado João Leite pela autoria do requerimento e pela importância deste evento. O Deputado João Leite, há muito tempo, não apenas nesta Casa, mas em sua vida pessoal, desde atleta, distribuiu a Bíblia. Foi responsável pela conversão de muitos jogadores que passaram pelo Estado, mesmo não sendo do Atlético, mas de outros times, contribuindo com sua palavra de fé, de esperança. Isso não é de hoje, mas de muitos anos. V. Exa. está de parabéns.

Base cultural e filosófica da civilização ocidental, a Bíblia, por seus insuperáveis valores éticos, tem sido, além de necessário instrumento religioso, um poderoso agente na edificação de uma sociedade pautada pela paz e pela justiça.

No dia 10/6/48, com o lema "Dar a vida à Pátria", líderes cristãos de espírito magnânimo e benevolente fundaram a SBB. Era seu objetivo uma produção cuidadosa das Escrituras Sagradas, preocupados não apenas com a qualidade da sua tradução, mas também com uma distribuição que viesse a atingir todo o território nacional. Os problemas para uma boa tradução derivam da inexistência de um manuscrito original diante da milenar circulação de cópias feitas de outras cópias, o que exige conhecimento de línguas antigas, como o hebraico, o aramaico e o grego. Envolve ainda a atualização de seus importantes conteúdos, pelo estudo de descobertas arqueológicas, que vêm fornecendo novos dados aos responsáveis pela fixação do texto.

Desde a invenção da tipografia móvel por Gutemberg, vêm sendo impressas por todo o mundo inúmeras traduções, que geraram vários milhões de exemplares, nos mais diversos idiomas, resultando em problemas de confiabilidade, detectados em grande parte dos textos.

Para que o título mais lido e impresso do mundo contasse com teor fiel aos livros originais, a SBB ofereceu ao nosso público, inicialmente, uma edição revista e corrigida, na tradução erudita de João Ferreira de Almeida.

Uma segunda publicação, a "Revista Atualizada dos Pontos de Vista da Linguagem e da Atualização Teológica", foi desenvolvida a partir da descoberta de manuscritos bíblicos mais antigos.

Finalmente, uma nova tradução na linguagem de hoje, mais próxima da utilizada habitualmente pelos brasileiros, foi lançada no ano 2000, sendo reconhecida por sua clareza e por sua fidelidade aos textos originais.

Presentemente, outros meios, sobretudo em suas variações eletrônicas, vêm multiplicando o alcance da Bíblia Sagrada, sempre com a mesma seriedade que tem marcado as publicações da SBB. Passam os recursos tecnológicos a dar um novo suporte material ao conteúdo desenvolvido por uma competente equipe de profissionais especializados em tradução bíblica.

Não bastasse todo esse louvável trabalho, proporcionando ao leitor cristão a compreensão dos ensinamentos sagrados a um preço final justo, a Sociedade Bíblica decidiu, diante das carências de grande parte da população, atuar também no campo social. Assim, além do pioneiro programa surgido com a criação do barco Luz na Amazônia, que presta, desde 1962, assistência espiritual e social aos ribeirinhos, desenvolveu outros projetos filantrópicos e culturais para diversos segmentos da população. Vítimas de risco social, como os idosos, as crianças e as gestantes, vêm recebendo proteção, com atendimento médico gratuito e uma dedicada promoção da cidadania, incluindo atividades educativas, recreativas e de assistência espiritual. Presidiários, enfermos e deficientes visuais são outros grupos sociais atingidos pelo esforço empreendido na capacitação de educadores que levam aos envolvidos o alento das Escrituras.

O Museu da Bíblia, em Barueri, no Estado de São Paulo, e o Centro Cultural da Bíblia, no Rio de Janeiro, são instituições pioneiras no Brasil, dedicadas a atividades artísticas e educacionais, sempre com foco no Livro Sagrado.

A Assembléia Legislativa mineira, promovendo esta reunião, reconhece o inestimável apoio que, há 60 anos, a SBB vem dedicando ao povo cristão. Esta homenagem representa, portanto, nosso agradecimento pela soma de todas essas ações tão generosas e que consistem em um verdadeiro alimento tanto para a alma quanto para a vida de nosso povo. Em nosso nome e em nome de todos os Deputados, principalmente do nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, agradecemos a todos com um muito-obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/6/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 486, 714, 1.203, 1.431, 1.440, 1.680 e 1.686/2007; aprovação - Discussão e Votação de Indicações: Indicação nº 3/2007; votação secreta; aprovação - Indicação nº 4/2007; votação secreta; aprovação - Indicação nº 5/2007; votação secreta; aprovação - Indicação nº 18/2007; votação secreta; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento da Deputada Elisa Costa; aprovação - Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007; renovação da votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo destaque; aprovação; votação nominal do art. 2º da proposta; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.716/2007; aprovação com as Emendas nºs 2 e 3; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Suspensão e reabertura da reunião - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlos Pimenta, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 486/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe aos restaurantes, aos bares, às casas noturnas e aos estabelecimentos congêneres a prática da obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências; 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado de Minas Gerais o Hino à Negritude; 1.203/2007, do Deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento aos pais ou responsáveis legais de informações sobre a vida escolar dos alunos regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada no Estado; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006, e dá outras providências; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007; e 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica (À sanção.).

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação nº 3/2007, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Cláudio Chaves Beato Filho para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 52 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 3/2007. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 4/2007, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Vilma Tomaz Ribeiro para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 50 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 4/2007. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 5/2007, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Luís Carlos Balbino Gambogi para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 51 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 5/2007. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 18/2007, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 51 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 18/2007. Oficie-se ao Governador do Estado.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2007 e os Projetos de Lei nºs 2.048 e 2.165/2008, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 1.022 e 1.716/2007 e 2.302/2008 sejam apreciados logo após a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007, nessa ordem, e que os Projetos de Lei nºs 2.316 e 2.359/2008 e 1.397 e 1.973/2007 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007, do Governador do Estado, que altera o § 1º do art. 24 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Presidência vai renovar a votação do Substitutivo nº 1, salvo destaque. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação por meio eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo destaque.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 58 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo destaque. Votação do art. 2º da proposta. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação por meio eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o art. 2º da proposta.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, para constar meu voto, fui em três postos de votação e eles já estavam ocupados. Meu voto é sim.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, meu voto não foi registrado. Meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Estão computados os votos. Votaram "sim" 55 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007 na forma do Substitutivo nº 1, com o art. 2º da proposta. À Comissão Especial.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. **Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.(- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado,** em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.022/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.716/2007, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a prática de educação física nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. **Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 2 e 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Emenda nº 3, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado,** em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.716/2007 com as Emendas nºs 2 e 3. À Comissão de Educação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das demais matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, ontem estivemos em Pouso Alegre, onde são votados meus amigos

Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Mosconi, e reunimo-nos com a diretoria do Pouso Alegre Futebol Clube, time tradicional que disputou a primeira divisão do futebol mineiro e que já revelou jogadores. Na oportunidade, foi assinado um convênio entre o América Futebol Clube e o Pouso Alegre Futebol Clube. Surpresa minha é que o Prefeito que estava em exercício desapropriou o campo de futebol do Pouso Alegre, querendo pagar uma indenização de R\$2.000.000,00, ao passo que, entre 10 avaliações feitas, a menor foi de R\$13.000.000,00. Tenho certeza de que o Deputado Jayro Lessa, representante do segmento produtivo, e outros presentes estão boquiabertos com a possibilidade de um estádio de futebol, localizado no Centro da cidade, ser vendido por esse preço. Vejam a que situação chegou um time tradicional como aquele. Pior ainda: o ex-Prefeito, que foi cassado, era Vereador - acho que é isso mesmo; explicaram-me, mas não entendi bem -, voltou para a Câmara e disse que o Vice-Governador do Estado já vai fazer isso. Ontem, na reunião com o Conselho, com a participação de mais de 200 pessoas, foi-nos feita uma solicitação, que, neste momento, estamos antecipando. Aliás, estamos antecipando um problema que, em breve, surgirá. O governo de Minas não é covarde para fazer uma maldade dessas. Acredito que o governo não pode chegar a um bem público, numa propriedade particular, e dizer quanto quer pagar. Se custa R\$13.000.000,00 e foi avaliado em R\$15.000.000,00, por que o governo quer pagar R\$2.000.000,00? Ontem, na reunião, foi dito que o Vice-Governador, Dr. Anastasia, garantiu que, como a Prefeitura não tem direito, o Estado vai pagar. Sr. Presidente, solicito aos Deputados que lá são votados e aos torcedores, àqueles que gostam do esporte em Minas Gerais, que não deixem isso acontecer. Trata-se da sobrevivência de um time que ainda não acabou, um time tradicional. E essa sobrevivência depende daquela área, onde será construído um "shopping", no centro da cidade. Não adianta tentar construir hospital ali; as ambulâncias enfrentarão dificuldades, pois o trânsito é intenso. Portanto, deixo aqui a minha solicitação. Informo que já estou encaminhando ofício ao Vice-Governador, Dr. Anastasia, porque estão usando o seu nome em vão. Ontem mais de 200 pessoas que ali estiveram mostraram os jornais com as declarações do ex-Prefeito, hoje Vereador daquela cidade. Isso não pode acontecer. Já pensou se isso virar moda, ou seja, se o Prefeito e o Vereador de Pouso Alegre falarem para o dono da casa que ficarão com o imóvel dele? E, se a casa custar R\$100.000,00, pagarão só R\$10.000,00! Ele não pode pagar o que quer, não pode prejudicar a população. Os homens do Executivo têm de pensar duas vezes. Tenho certeza de que esse não é o pensamento do novo Prefeito. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, estive ontem, em Brasília, em audiência com o Ministro das Comunicações, Hélio Costa. Ele nos informou e até me autorizou a comunicar, publicamente, a esta Casa que, por um esforço pessoal, viabilizou a implantação da TV Assembléia em canal aberto - canal 35 do dial televisivo. Pediu-me enfaticamente que trouxesse, em primeira mão, a notícia a esta Casa, cuja TV opera por meio de canal fechado. O canal aberto passará a retransmitir o sinal da TV Assembléia por meio do canal 35. Ele acabou de assinar o ato de concessão para a TV Assembléia. Ontem, ele me autorizou a dar essa ótima notícia aos colegas Deputados, bem como a todos os que prezam a TV Assembléia como grande veículo de divulgação das atividades dos parlamentares de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 12, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/6/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomento das atividades de caráter desportivo no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Educação opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação da Emenda nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas em Plenário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.302/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 63.271.686,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.316/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$

3.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.359/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 5.341.772,65 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.207/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto..

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.211/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró - Confins- e dá outras providências. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado de Minas Gerais a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.199/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cláudio os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.028/2008, do Deputado Gustavo Valadares, que altera o art. 2º da Lei 14.601, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté imóvel para construção de ginásio poliesportivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: receber o estudante Eder Carlos Lopes Coimbra, vencedor do quadro "Soletrando", da Rede Globo de Televisão, que, em audiência pública, com convidados, exporá sua experiência, a fim de servir de estímulo para os demais estudantes da rede pública do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.048 e 2.165/2008, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.283/2008, do Deputado José Henrique; 392/2007, do Deputado Antônio Júlio; 1.269/2007, do Governador do Estado; 1.827/2007, do Tribunal de Contas; 1.957/2007, do Deputado Eros Biondini; 2.139/2008, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.395/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 725/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.584/2008, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 horas DO DIA
18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciação do Relatório Final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 734/2007, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.791/2007, do Deputado Wander Borges; 2.329/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.341/2008, do Deputado André Quintão; 2.349/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.362/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.363/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 2.523/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.538/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.563/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.586/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.258/2008, do Deputado Doutor Rinaldo.

Requerimentos nºs 2.532/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.539/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.564/2008, da Deputada Cecília Ferramenta; e 2.578/2008, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 18/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.404/2008, do Deputado José Henrique.

Requerimentos nºs 2.571/2008, do Deputado Adalclever Lopes; e 2.573/2008, do Deputado Zezé Perrella .

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 18/6/2008, destinadas: I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; II- 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.207/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; e 2.211/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; dos Projetos de Lei nºs 1.046/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomento das atividades de caráter desportivo no Estado e dá outras providências; 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conquista o imóvel que especifica; 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Pró - Confins- e dá outras providências; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências; 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cláudio os imóveis que especifica; 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências; 2.028/2008, do Deputado Gustavo Valadares, que altera o art. 2º da Lei nº 14.601, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté imóvel para construção de ginásio poliesportivo; 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana; 2.199/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 2.302/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$63.271.686,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado;

2.316/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$3.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado; e 2.359/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$5.341.772,65 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 18/6/2008, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 2.392/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2009 e dá outras providências, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da Comissão de Saúde; as Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Walter Tosta, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para a reunião a ser realizada em 18/6/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, com a presença dos convidados mencionados na pauta, as relações de trabalho no âmbito das cooperativas médicas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2008, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir a utilização da palma na alimentação humana e animal e mecanismos de incentivos a sua produção; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública a ser realizada em 20/6/2008, às 10 horas, na Câmara Municipal de Minas Novas, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre o asfaltamento da BR-367 que liga os Municípios de Minas Novas a Virgem da Lapa e Almenara à BR-101 e de se discutirem e votarem proposições da Comissão, com a presença de convidados.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Gustavo Valadares, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.370/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela visa alterar o art. 1º da Lei nº 9.995, de 20/11/89, que declara de utilidade pública o Conselho Particular Santo Antônio da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.370/2008 tem por objetivo alterar o art. 1º da Lei nº 9.995, de 20/11/89, que declara de utilidade pública o Conselho Particular Santo Antônio da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Belo Horizonte, em consequência da alteração estatutária realizada em 20/2/2004, que modificou sua denominação para Lar dos Idosos Santo Antônio de Pádua de Venda Nova da Sociedade de São Vicente de Paulo.

Pela análise de seu estatuto, verificamos que a instituição apresenta as mesmas condições formais que lhe permitiram a outorga do título declaratório de utilidade pública por meio da referida Lei nº 9.995, e tem como finalidade a assistência social e a manutenção de estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas, de ambos os sexos, proporcionando-lhes a assistência necessária para a preservação de sua saúde física e mental, em condições de liberdade e dignidade.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.370/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.372/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em tela visa alterar o art. 1º da Lei nº 12.692, de 17/12/97, que declara de utilidade pública o Conselho Particular Nossa Senhora da Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Jabuticatuabas.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.372/2008 tem por objetivo alterar o art. 1º da Lei nº 12.692, de 17/12/97, que declara de utilidade pública o Conselho Particular Nossa Senhora da Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Jabuticatuabas, adequando-o à nova realidade da entidade, que passou a chamar-se Lar dos Idosos São Jerônimo da Sociedade de São Vicente de Paulo.

A proposição em tela é pertinente, considerando ser necessária a atualização da identidade jurídica da entidade, originária da alteração estatutária realizada em 18/12/2007.

Pelo disposto em seu estatuto, verificamos que a instituição apresenta as mesmas condições formais que lhe permitiram a outorga do título de utilidade pública por meio da referida Lei nº 12.692, embora sua finalidade tenha-se alterado para a assistência social e a promoção humana, visando, especialmente, manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas, proporcionando-lhes a assistência necessária para a preservação de sua saúde física e mental, em condições de liberdade e dignidade.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.372/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.388/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Monte Cristo – AAFMC –, com sede no Município de Malacacheta.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.388/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Monte Cristo, com sede no Município de Malacacheta, que possui como finalidades proteger a saúde da família, a maternidade, a infância e a velhice; combater a fome e a

pobreza, incentivando a cultura comunitária para atender às pessoas mais necessitadas; fomentar a implementação de infra-estruturas comunitárias de saúde, saneamento básico, habitação, comunicação e educação. Ademais, promove a proteção do meio ambiente; estimula manifestações culturais, folclóricas, artísticas e desportivas a fim de integrar a população assistida na vida social da comunidade.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.388/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.389/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Rural do Bimbarra – Aderb –, com sede no Município de Malacacheta.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a este colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.389/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Rural do Bimbarra, com sede no Município de Malacacheta, que possui como finalidade a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e seus grupos de vizinhança, especialmente por meio do incentivo à sua organização, consciência de suas necessidades e busca de participação nas decisões públicas pertinentes às áreas de saúde, educação, habitação, transporte, atividades agropecuárias, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Dentro desse espectro de iniciativas, merece destaque a organização de mutirões para plantio de várias espécies comestíveis, destinadas ao abastecimento dos mais necessitados; a formação de clubes de mães e de jovens, bem como de comissões, para o desenvolvimento de trabalhos específicos com as famílias locais.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.389/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.404/2008

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado José Henrique, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Instituto Mineiro de Estudos Econômicos, Políticos, Sociais e Ambientais e Apoio aos Governos Municipais – Imeps –, com sede no Município de Juiz de Fora.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.404/2008 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Mineiro de Estudos Econômicos, Políticos, Sociais e Ambientais e Apoio aos Governos Municipais, com sede no Município de Juiz de Fora, que tem como finalidade precípua incentivar o desenvolvimento dos Municípios mineiros e de outros Estados da Federação.

Na consecução de suas metas, oferece-lhes assessoria e consultoria jurídica, administrativa, financeira e legislativa, promove a realização de cursos, palestras e seminários, publica livros, jornais e revistas que tratam de temas relacionados com a administração pública, desenvolve e executa projetos sociais, ambientais, esportivos, culturais e educacionais e orienta sobre proteção e preservação do patrimônio artístico e histórico dos Municípios.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.404/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Ademir Lucas, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.395/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 216/2008, o Governador do Estado enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que visa autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - o imóvel que especifica, situado no Município de Lagoa Santa.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 22/5/2008 e encaminhada a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme estabelecem os arts. 102, III, "a", e 188, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.395/2008 tem por finalidade conferir autorização legislativa para que o Poder Executivo possa doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - uma área de 357.798m², conforme descrição no § 1º do seu art. 1º, a ser desmembrada do imóvel com 1.611.160m², situado no Bairro Várzea, Município de Lagoa Santa, e registrado sob o nº 36.528, a fls. 174 do Livro 3-BB, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia.

O referido bem foi doado à Fundação do Bem-Estar do Menor - Febem -, em 1975, pelo Estado, e posteriormente reintegrado no seu patrimônio tendo em vista a extinção dessa entidade, ocorrida por força do art. 14 da Lei nº 11.819, de 1995. Atualmente o imóvel está vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

A alienação de bem público deve observar o art. 18 da Constituição mineira, que exige autorização legislativa para a efetivação da transferência de domínio. No âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, no inciso I de seu art. 17, impõe, além da referida autorização, a necessidade de existência de interesse público devidamente justificado.

Atendendo a essa exigência, o § 2º do art. 1º do projeto estabelece que a área a ser doada destina-se à implantação de cursos de graduação do ensino superior e atividades correlatas de instituição do ensino superior mantida pela Feluma, portanto, em consonância com o interesse daquela comunidade.

Cabe ressaltar que o art. 2º da proposição impõe ao donatário o encargo de assumir as obrigações relativas ao Projeto de Implantação do Centro de Extensão da Fundação, consistentes na instalação de Ambulatório Integrado de Atenção à Saúde e Educação, contendo um Centro Especializado de Hebiatria, Centro de Desenvolvimento de Habilidades Cognitivas e Inclusão Escolar e um Ambulatório de Atenção aos Dependentes Químicos; a abertura de Complexo de Ensino Superior para desenvolvimento da cultura, do lazer e da produção social e da cidadania; e a operacionalização de hospital-escola. Além disso, a Fundação fica obrigada a disponibilizar 10% das vagas para a concessão de bolsas acadêmicas integrais, considerando a situação socioeconômica dos bolsistas, e promover a implementação do "Programa de Internato de Saúde Coletiva - Internato Rural", em Lagoa Santa e Municípios vizinhos que manifestem interesse.

O parágrafo único do art. 2º atribui ao Estado, conjuntamente com a Feluma, a competência para fixar critérios para a seleção dos alunos que serão beneficiados com a concessão das bolsas acadêmicas, considerando-se aspectos de ordem social e econômica, de modo a resguardar a prevalência do interesse social.

Ainda na defesa do interesse coletivo, o art. 3º da proposição determina que a área reverterá ao patrimônio do Estado se, a qualquer tempo, a partir da lavratura da escritura pública de doação, a donatária deixar de cumprir quaisquer das obrigações firmadas no "Projeto de Implantação do Centro de Extensão da Fundação" ou caso não tiver sido dada ao imóvel a destinação prevista na lei.

Embora o projeto de lei em análise não encontre óbice a sua tramitação, apresentamos o Substitutivo nº 1, a ser formalizado na parte final deste parecer, com a finalidade de aprimorar o texto do projeto, de acordo com a técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.395/2008 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - o imóvel que especifica, situado no Município de Lagoa Santa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - terreno com área de 357.798m² (trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e noventa e oito metros quadrados), conforme descrição contida no Anexo desta lei, a ser desmembrado de uma área com 1.611.160m² (um milhão seiscentos e onze mil cento e sessenta metros quadrados), situada no Bairro Várzea, no Município de Lagoa Santa, e registrada sob o nº 36.528, a fls. 174 do Livro 3-BB, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia.

Parágrafo único - O imóvel doado a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à implantação de cursos de graduação do ensino superior e atividades correlatas de instituição de ensino superior mantida pela Feluma.

Art. 2º - Como encargo da doação, a Feluma:

I - cumprirá as obrigações assumidas no Projeto de Implantação do Centro de Extensão da Fundação, consistentes na instalação de:

a) Ambulatório Integrado de Atenção à Saúde e Educação, dirigido ao público em geral, onde funcionarão:

1 - Centro Especializado de Hebiatria;

2 - Centro de Desenvolvimento de Habilidades Cognitivas e Inclusão Escolar - CDHCIE -;

3 - Ambulatório de Atenção aos Dependentes Químicos;

b) Complexo de Ensino Superior para desenvolvimento da cultura, do lazer, da produção social e da cidadania, aberto ao público;

c) Hospital-Escola de Lagoa Santa;

II - disponibilizará 10% (dez por cento) das vagas para a concessão de bolsas acadêmicas integrais, considerada a situação socioeconômica dos bolsistas;

III - promoverá a implementação do Programa de Internato de Saúde Coletiva - Internato Rural, no Município de Lagoa Santa e nos Municípios vizinhos que manifestarem interesse.

Parágrafo único - Para a concessão das bolsas acadêmicas de que trata o inciso II, o Estado, conjuntamente com a Feluma, fixará critérios para a seleção dos alunos, levados em consideração aspectos de ordem social e econômica, de modo a resguardar a prevalência do interesse social.

Art. 3º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, a qualquer tempo, a partir da lavratura da escritura pública de doação, a Feluma deixar de cumprir quaisquer das obrigações firmadas no Projeto de Implantação do Centro de Extensão da Fundação ou se, findo o prazo de três anos contados da mesma data, não tiver sido dada ao imóvel a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Neider Moreira - Fábio Avelar - Sebastião Costa.

Anexo

(de que trata o art. 1º da Lei nº , de de de 2008)

O imóvel doado possui a seguinte descrição: inicia-se no vértice 1, de coordenadas N 7829224,244m e E 616795,949m; deste, segue confrontando com fazenda do Estado, com os seguintes azimutes e distâncias: 352º41'43" e 147,360m até o vértice 2, de coordenadas N 7829370,408m e E 616777,213m; com os seguintes azimutes e distâncias: 45º08'42" e 95,323m até o vértice 3, de coordenadas N 7829437,641m e E 616844,787m; com os seguintes azimutes e distâncias: 294º37'36" e 123,469m até o vértice 4, de coordenadas N 7829489,091m e E 616732,549m; deste, segue confrontando com a família Matos, com os seguintes azimutes e distâncias: 22º56'24" e 161,756m até o vértice 5, de coordenadas N 7829489,091m e E 616732,549m; deste, segue confrontando com o Bairro Novo Cruzeiro, com os seguintes azimutes e distâncias: 89º54'40" e 52,256m até o vértice 6, de coordenadas N 7829638,135m e E 616847,852m; com os seguintes azimutes e distâncias: 345º40'46" e 73,278m até o vértice 7, de coordenadas N 7829709,136m e E 616829,727m; com os seguintes azimutes e distâncias: 46º22'24" e 136,549m até o vértice 8, de coordenadas N 7829803,349m e E 616987,036m; deste, segue confrontando com fazenda do Estado, com os seguintes azimutes e distâncias: 49º43'52" e 76,627m até o vértice 9, de coordenadas N 7829852,879 m e E 616987,036 m; com os seguintes azimutes e distâncias: 99º55'24" e 179,012m até o vértice 10, de coordenadas N 7829822,030m e E 617163,370m; com os seguintes azimutes e distâncias: 61º42'20" e 200,985m até o vértice 11, de coordenadas N 7829917,298m e E 617340,342m; com os seguintes azimutes e distâncias: 149º17'22" e 233,557m até o vértice 12, de coordenadas N 7829716,496m e E 617459,620m; com os seguintes azimutes e distâncias: 148º22'24" e 292,418m até o vértice 13, de coordenadas N 7829467,462m e E 617612,886m; com os seguintes azimutes e distâncias: 246º53'34" e 87,848m até o vértice 14, de coordenadas N 7829432,986m e E 617532,086m; com os seguintes azimutes e distâncias: 250º20'29" e 213,172m até o vértice 15, de coordenadas N 7829361,272m e E 617331,339m; com os seguintes azimutes e distâncias: 238º45'24" e 212,500m até o vértice 16, de coordenadas N 7829251m e E 617149,657m; com os seguintes azimutes e distâncias: 326º30'30" e 192,217m até o vértice 17, de coordenadas N 7829412,190m e E 617043,037m; com os seguintes azimutes e distâncias: 238º43'01" e 103,032m até o vértice 18, de coordenadas N 7829358,689m e E 616954,985m; com os seguintes azimutes e distâncias: 161º06'44" e 59,549m até o vértice 19, de coordenadas N 78293002,34m e E 616974,262m; com os seguintes azimutes e distâncias: 246º14'44" e 113,255m até o vértice 20, de coordenadas N 7829256,725m e E 616870,602m; com os seguintes azimutes e distâncias: 246º29'12" e 81,413 até o vértice 1.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.431/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 235/2008, enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que tem como objetivo alterar as Leis nºs 13.085, de 31/12/98; 14.695, de 30/7/2003; 15.302, de 10/8/2004; 15.304, de 11/8/2004; 15.961, de 30/12/2005, e 16.190, de 22/6/2006.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 4/6/2008 e distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento Interno.

Preliminarmente, cumpre a esta Comissão emitir parecer sobre a matéria quanto aos seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, que passamos a fundamentar nos termos seguintes.

Fundamentação

A proposição em tela propõe adequações em leis instituidoras de carreiras, bem como o reajuste da tabela de vencimentos e do valor de gratificações de determinados Grupos de Atividade do Poder Executivo. Saliencia o Governador do Estado, na mensagem que encaminha o projeto, que se trata de mecanismos de valorização do servidor, sem comprometer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Estado.

Primeiramente, cuida o projeto de promover o reajuste da Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual – GDPI – e da tabela de vencimento básico da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira integrante do Grupo de Atividades de Gestão, de Planejamento, de Tesouraria, de Auditoria e de Atividades Político-Institucionais do Poder Executivo, nos termos do art. 1º da Lei nº 15.304, de 2005.

Atualmente, a GDPI é calculada pelo número de pontos atribuídos aos servidores que a ela fazem jus, aferidos em avaliação de desempenho individual e institucional. Cada ponto corresponde a 42 milésimos por cento do valor básico do grau J do nível IV da tabela de vencimentos da referida carreira, prevista no Anexo II da Lei nº 13.085, de 31/12/98. Pretende-se, agora, aumentar o valor dos referidos pontos, para 55 milésimos por cento, bem como o valor do vencimento do grau J do nível IV, sobre o qual será calculada a gratificação. A alteração do valor do grau J se dará por meio da substituição da tabela de vencimentos, prevista no art. 7º do projeto, que será retroativa a 1º/1/2008.

O projeto também propõe a alteração do art. 9º da Lei nº 14.695, de 30/7/2003, com vistas a assegurar que a comprovação das condições para inscrição em concurso público para ingresso na carreira de Agente de Segurança Penitenciário será feita no ato da posse, e não, no ato da inscrição, como previsto na referida lei. Esta proposta vai ao encontro do entendimento consignado na Súmula nº 266, de 29/5/2002, do STJ, segundo o qual "o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público".

Propõe-se, ainda, a criação de 800 cargos efetivos da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo e a respectiva alteração nos quadros da referida carreira.

A proposição estabelece também adequações na estrutura da carreira de Auditor Interno, instituída pelo art. 1º da Lei nº 15.304, de 2004, e normas para o ingresso de servidores nesta carreira.

Outra medida consiste em alterar a Lei nº 16.190, de 2006, que institui as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo e das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças e dispõe sobre o posicionamento dos servidores nas carreiras e a incorporação da Vantagem Temporária Incorporável – VTI – e de parcela da Gratificação de Estímulo à Produção Individual – Gepi.

O art. 17 da mencionada lei instituiu a Gratificação de Desempenho Individual – GDI –, tendo como parâmetro a Gratificação de Estímulo à Produção Individual – Gepi. Tal gratificação é atribuída por meio de cotas, e a ela fazem jus os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e os detentores de função pública das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças, de que tratam os incisos III e IV do art. 1º da Lei nº 15.464, de 2005.

Nos termos, ainda, do referido artigo, são atribuídas 100 cotas-GDI para o Técnico Fazendário de Administração e Finanças e 140 cotas-GDI para o Analista Fazendário de Administração e Finanças. O valor de cada cota-GDI é equivalente a 47,17% do valor da cota-Gepi, e o limite mensal para o pagamento da gratificação, conforme estabelece o art. 17, é de 20% do vencimento inicial das respectivas carreiras.

A alteração proposta para esse artigo não só aumenta para 40% o limite máximo mensal para o pagamento da GDI como também muda a base para o cálculo desse valor, a qual corresponderá ao vencimento básico do grau J do nível V das respectivas carreiras, observada a tabela correspondente à carga horária do servidor.

Por ser oportuno, ressalte-se que o limite mensal máximo da Gepi, para efeito de pagamento, corresponde a uma vez o valor do vencimento básico do grau J do nível III da carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual. Ressalte-se, ainda, que tanto o nível V das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças quanto o nível III da carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual correspondem ao último nível das mencionadas carreiras.

Outra alteração também se verifica no tocante ao art. 17, porquanto propõe-se a supressão da fixação do número de cotas-GDI para cada servidor, com a revogação de seu § 1º, mantendo-se o disposto no § 3º, que remete ao regulamento a fixação das condições e dos critérios para a atribuição da gratificação. Quanto à revogação do § 4º, impõe-se observar que este dispositivo já produziu seus efeitos no mundo jurídico, sendo necessário aprimorar a proposição no tocante a esse aspecto, além de efetuar outras correções de natureza técnica legislativa, o que faremos por meio das Emendas nºs 1 a 3, apresentadas na conclusão deste parecer.

O art. 18 da Lei nº 16.190, de 2006, prevê a hipótese de incorporação da GDI aos proventos de aposentadoria e pensão dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças, desde que percebida, conforme o caso, pelos períodos estabelecidos na alínea "c" ou no parágrafo único do art. 7º da Lei Complementar nº 64, de 2002. A alteração proposta para esse artigo é consequência da inclusão do art. 18-A, que também se propõe.

O objetivo é fazer com que o comando inscrito no referido art. 18 não tenha correspondência com o disposto no art. 18-A, cuja criação se propõe e cujo escopo é criar a GDI-Reserva para os servidores supracitados e para os detentores de função pública posicionados como TFAZ e AFAZ.

Observe-se que a medida proposta pelo art. 18-A também se ampara na Lei nº 16.190, que criou cotas-Gepi atribuídas, a título de cotas reservas aos cargos de Auditor Fiscal da Receita Estadual e de Gestor Fazendário.

Conforme se depreende da análise da proposição, trata-se da instituição de normas afetas à criação de cargos, ao aumento da remuneração e ao regime jurídico dos servidores do Estado, matérias que, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, são reservadas à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Ademais, a matéria é da competência legiferante do Estado.

Faz-se, todavia, necessário esclarecer que a instituição de tais medidas acarretará aumento de despesa para os cofres públicos estaduais, o que requer a observância das disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal. À luz do art. 16 da referida lei, a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes. Determina, ainda, que se faz necessária a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com vistas a dar cumprimento à norma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão encaminhou a esta Casa, por meio do Ofício OF/GAB-ADJ nº 011/2008, informações sobre o impacto financeiro das medidas consignadas na proposição, que serão analisadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no momento oportuno.

Apresentamos ainda as Emendas nºs 4 e 5 com vistas a aprimorar a proposição.

Conclusão

Pelas razões expostas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.431/2008 com as Emendas nºs 1 a 5, apresentadas a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 8º a seguinte redação:

"Art. 8º – O art. 17 da Lei nº 16.190, de 22 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 – Fica instituída a Gratificação de Desempenho Individual – GDI – para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e detentores de função pública das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças, de que trata a Lei nº 15.464, de 2005, cujo limite máximo mensal será de 40% (quarenta por cento) do valor atribuído ao vencimento básico do grau J do nível V das respectivas carreiras, observada a tabela correspondente à carga horária do servidor.

§ 1º – A GDI será atribuída em cotas-GDI, sendo que o valor de cada cota-GDI será equivalente a 47,17% (quarenta e sete vírgula dezessete por cento) do valor da cota-Gepi.

§ 2º – O Poder Executivo regulamentará as condições e os critérios para a atribuição da gratificação de que trata o "caput" deste artigo.".

EMENDA Nº 2

Suprima-se o inciso I do art. 11.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12 – Os efeitos das alterações efetuadas nos termos dos arts. 8º a 10 retroagem a 1º de janeiro de 2008.".

EMENDA Nº 4

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

"Art. ... – O art. 3º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 3º – (...)

§ 7º – Os cargos em comissão de Diretor-Geral - DAD-6 - e de Diretor Setorial Administrativo, Ressocialização, Inteligência e de Segurança - DAD-4 - da Subsecretaria de Administração Prisional serão ocupados por titulares dos cargos ou por designados para o exercício das funções de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo.".

EMENDA Nº 5

Acrescente-se o seguinte artigo, onde convier:

"Art. ... – Os servidores efetivos, os detentores de função pública, os contratados e os designados para o exercício dos cargos ou funções de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo que exerçam as funções de Coordenador e de Subcoordenador de Segurança Prisional na Subsecretaria de Administração Prisional passam a compor o Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta do Poder Executivo, nos termos do art. 1º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, integrando o Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão, constante no Anexo I da referida lei, com vencimento correspondente ao DAD-3.".

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Hely Tarquínio - Neider Moreira.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.322/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.322/2008, de autoria do Deputado Lafayette de Andrada, que declara de utilidade pública a Escola Luminareense de Música, com sede no Município de Luminárias, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.322/2008

Declara de utilidade pública a Escola Luminarense de Música, com sede no Município de Luminárias.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Escola Luminarense de Música, com sede no Município de Luminárias.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Lafayette de Andrada.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.325/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.325/2008, de autoria da Deputada Elisa Costa, que declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, com sede no Município de Teófilo Otôni, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.325/2008

Declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Gláucia Brandão.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/6/2008

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos Vereadores na minha querida Monte Sião, Antônio Nivaldo Diniz e Lázaro Roberto Talarico, cuja presença nas galerias nos dá um grande prazer, caríssimos amigos, telespectadores da TV Assembléia, assessores, senhores e senhoras, ocupo a tribuna, nesta tarde, para manifestar a nossa satisfação com o anúncio feito ontem pelo Governador Aécio Neves de novos investimentos no Município de Itajubá. Há pouco tempo, deixavam-nos preocupados rumores sobre a situação da empresa Helibrás, que, neste mês, completa 30 anos de existência. Então ouvíamos notícias sobre a possibilidade de a empresa iniciar nova etapa industrial no Estado de São Paulo, deixando a unidade de Itajubá e indo para uma próspera cidade do interior de São Paulo. Essa notícia deixou-nos muito apreensivos - não só este Deputado, que sou da região e defendo os interesses do Município, mas, tenho certeza, também outros parlamentares. Tomamos conhecimento das ações proativas tomadas pelo governo, que detém quase 15% do controle da Helibrás, em favor dessa empresa. A Assembléia Legislativa, no início desta legislatura, em abril, esteve naquela cidade, representada pela Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, presidida pelo Deputado Vanderlei Miranda, e por outros Deputados, como o Deputado Bráulio Braz. Naquela ocasião, tivemos a oportunidade de participar de um encontro importante, em que tivemos do Vice-Presidente Luís Fernando Mauad informações detalhadas sobre todo o projeto técnico da Helibrás, que hoje fabrica por ano 30 helicópteros, que têm sido vendidos para o governo federal, para o exterior e para entidades civis e particulares.

Sem dúvida, não se fala hoje em Itajubá sem se fazer uma referência à Helibrás, que é um patrimônio dos mineiros, dos itajubenses e de toda a nossa região, particularmente. A empresa congrega hoje mais de 300 funcionários, altamente capacitados, com cursos no exterior, que se dedicam ao fabrico das aeronaves. Diga-se de passagem, essa unidade em Itajubá tem sido visitada constantemente por representantes de todos os países, do setor da indústria e do comércio, e, particularmente, por representantes da segurança nacional.

Há pouco tempo, o Ministro Jobim lá esteve e conheceu, de perto, o que representa a Helibrás para Minas Gerais e para o Brasil. Ontem, após um ano de entendimento e negociação com o governo Aécio Neves, estavam presentes também ao encontro os Srs. Christian Grass, Vice-Presidente da Eurocopter para a América Latina, e Jorge Viana, Presidente do Conselho Administrativo da Helibrás. Após momentos importantes e uma reunião técnica, chegou-se à conclusão de que os novos investimentos para Itajubá serão um grande marco para o desenvolvimento da região. Conforme a audiência realizada ontem, o detalhamento do projeto demandará cerca de €4.000.000.000,00, quase R\$11.000.000.000,00, até 2020. Um dos projetos mais arrojados e, sem dúvida alguma, mais cobiçados por todo o Estado de Minas Gerais, tendo em vista esse grande investimento.

O Governador Aécio Neves, mesmo já tendo estado na Helibrás, conhecedor que é do progresso e do ramo tecnológico da nossa região, certa vez, quando esteve lá, pôde afiançar a todos os presentes que, por parte do seu governo, não faltaria nenhuma gestão. Certamente buscaria entendimentos em favor de uma demanda, de um projeto que fortaleceria o pólo da aeronáutica do Brasil - Itajubá.

Neste momento, quero manifestar o apreço e o respeito ao nosso Governador por assumir o comando no desenho desse grande projeto aeronáutico de Minas Gerais e do Brasil, desempenhando efetivamente o papel importante do governo de Minas junto à Helibrás. Não somente neste momento tão importante para a nossa região, mas, com as nossas rodovias, de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, todas recuperadas, o Governador vem também presentear o desenvolvimento, a geração de empregos. Esse protocolo de intenção, que será assinado muito brevemente, segundo as informações da assessoria da Presidência da República, contará com o Presidente Lula, que também assinará esse importante documento que visa garantir o desenvolvimento aeronáutico do Brasil.

Ressalto a importância da Helibrás, hoje a maior indústria de aeronaves e helicópteros da América Latina. Vale a pena - como fez a nossa Assembleia Legislativa - conhecer bem de perto as suas inovações tecnológicas e condições técnicas, que, acima de tudo, garantem a fabricação de aeronaves. Com esse projeto, iniciado ontem, com muita certeza e rapidez, dentro de cinco a 10 anos, teremos a duplicação na fabricação de helicópteros, até com modelos novos, que já estão sendo projetados e desenhados e serão fabricados pela nossa região de Itajubá.

Neste momento, presto uma homenagem muito especial ao Dr. Mauad, Vice-Presidente da Helibras, que nos recebeu e com quem hoje falamos por telefone, manifestando nossa satisfação, nossa parceria e nosso contentamento. Sem dúvida alguma, o Sul de Minas está em festa, porque, há pouco tempo, tínhamos grande preocupação de que um braço da Helibrás fosse transferido para o Estado de São Paulo. Mas o Governador nos deu o exemplo, acima de tudo, da retomada do desenvolvimento. Vamos fabricar mais aeronaves e gerar milhares de empregos. Isso dá uma demonstração inequívoca do seu compromisso com o desenvolvimento, com a transparência e com a responsabilidade fiscal, particularmente com a governabilidade no Estado.

Ouçó, com muito prazer, o caríssimo Deputado Domingos Sávio, meu Líder.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado Deputado Dalmo Ribeiro Silva, faço uso deste aparte para dar o meu testemunho da luta de V. Exa. nesta Casa em prol de todo o povo mineiro e, de maneira muito especial, do seu querido Sul de Minas. Sabemos que, não só pela sua querida Ouro Fino, mas por Itajubá, Pouso Alegre, enfim, por todo o Sul de Minas, V. Exa. é um batalhador incansável em todas as questões de interesse daquela gente batalhadora, daqueles mineiros que têm uma história belíssima e que tanto contribuíram e contribuem para o desenvolvimento e o crescimento de todo o Estado. Esse anúncio que V. Exa. faz das ampliações da Helibrás e dessas parcerias envolvendo os governos estadual e federal e a iniciativa privada, sabemos que não ocorrem do dia para a noite e que é uma luta de muito tempo. Sei quantas reuniões V. Exa. não só promove, mas das quais também participa e do seu esforço permanente. Fiz questão de apartear-lo para dar esse testemunho.

Muitas vezes, o cidadão ou alguns veículos de mídia enxergam o trabalho do Deputado como sendo apenas o realizado neste Plenário ou numa determinada Comissão ou apresentando um projeto de lei. Sabemos que o Deputado Estadual hoje tem muito mais a função de representar a sua comunidade, levando a diversos segmentos, do setor público ou até da iniciativa privada, as reivindicações, os anseios e as demandas da sua comunidade. V. Exa. é um exemplo nesta Casa.

Quero aproveitar este aparte, justamente pela liderança que V. Exa. exerce, para manifestar a minha alegria de termos hoje assistido à leitura da mensagem do Governador que encaminha o Projeto de Lei nº 2.475, que propõe o aumento de salário para os servidores do Ipsemg e cria a Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional - Gedima - para os servidores do IMA, a fim de resolver esse grave problema de defasagem salarial dos servidores desse instituto. Tenho certeza de que, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e um batalhador por essas causas, V. Exa. procurará viabilizar, o mais rápido possível, a votação nessa Comissão, para que, num esforço conjugado, envolvendo todos os demais colegas, trabalhe a fim de que, ainda neste mês - no mais tardar, no início de julho -, esse projeto esteja em Plenário. Tanto os servidores do Ipsemg quanto os meus colegas veterinários do IMA, os técnicos agrícolas, os servidores administrativos, os engenheiros agrônomos e os profissionais que cuidam da saúde animal e os da Vigilância Sanitária aguardam ansiosos.

Portanto, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, parabéns pelo belo trabalho que realiza. Fica aí esse apelo para nos auxiliar na tramitação rápida desse projeto de lei. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, pelo aparte. Para encerrar, gostaria de dizer da nossa grande satisfação - aliás, faço questão de a câmera focalize -, pois hoje os helicópteros já estão sendo fabricados em Itajubá. Certamente, dentro de pouco tempo, teremos 60 helicópteros por ano sendo fabricados em Itajubá em decorrência desse grande investimento que foi anunciado ontem pelo Governador. Quero tecer meus agradecimentos em nome de Itajubá, do Sul de Minas e de todos os mineiros, que, sem dúvida nenhuma, estão hoje felizes com essa extraordinária notícia em favor da nossa Helibrás, que completa 30 anos de existência.

Sr. Presidente, deixei para dizer, por último, que quero ratificar a nossa preocupação, já manifestada pelo Deputado Domingos Sávio, em decorrência da Mensagem nº 229, lida hoje pelo Deputado Luiz Tadeu Leite quanto aos nossos servidores do Ipsemg e do IMA. É muito importante ressaltar que esses dois momentos importantes são corolários do desenvolvimento, da segurança do governo Aécio Neves. Quanto ao Ipsemg e ao IMA, certamente nos debruçaremos sobre essa mensagem e esse projeto, para garantir, acima de tudo, a função gratificada e um salário digno. Há quanto tempo estamos aguardando o Gedima, que é uma gratificação já intitulada pelo próprio governo!

Quero manifestar a todos os servidores do Ipsemg e do IMA o nosso compromisso de fazer com que esse projeto corra rapidamente em todas as comissões a fim de ser apreciado em Plenário, como prova do compromisso que todos os Deputados têm em relação ao Ipsemg e ao IMA.

Finalizando, Sr. Presidente, agradeço. Mais uma vez, apresento as minhas homenagens a Itajubá, à Helibrás e ao governo Aécio Neves por esse grande momento que, com certeza, visa garantir o desenvolvimento e o progresso de nossa região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que nos assistem pela TV Assembleia, gostaria de comunicar a toda a imprensa, aos colegas Deputados, a esta Mesa e aos telespectadores que nos assistem que ontem, em Brasília, estive em audiência com o Ministro das Comunicações Hélio Costa, que nos garantiu e nos autorizou a informar em primeira mão, desta tribuna - e é o que faço -, que consegui definir um canal mundial de comunicação de televisão para a TV Assembleia. Está definido que a TV Assembleia, que ainda não tem o seu canal mundial de comunicação televisiva em Belo Horizonte, terá, a partir dessa decisão e legalização, o canal 35 à sua disposição. O Ministro autorizou-me a anunciar aqui esta notícia tão importante para todos os que acompanham em Belo Horizonte e em todos os rincões de Minas Gerais a programação seletiva que traz assuntos importantes abordados na TV Assembleia. Portanto, aproveite a oportunidade para agradecer, em nome desta Casa - tenho certeza de que falo aqui em nome de todos os parlamentares - ao Ministro Hélio Costa mais esse esforço, mais esse benefício para a comunicação em nosso Estado, garantindo um canal de televisão aberta para a TV Assembleia para desenvolvermos a programação vitoriosa e competente que tem sido realizada nesta Casa. Sei que todos prezam muito a TV Assembleia, motivo pelo qual quero destacar esse acontecimento.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Em relação ao tema que V. Exa. acaba de abordar, também queremos nos congratular com o Ministro Hélio Costa não apenas por esse fato, mas também pelo trabalho que está sendo feito nas regiões, principalmente no Norte de Minas, de se levar a banda larga para as escolas públicas. Isso é fundamental. De todos os trabalhos que o Ministério está realizando, como implantar

as unidades do Correio, o banco postal, esse é fundamental para o aprimoramento da educação dos jovens do nosso Estado e país, a banda larga nas escolas. Essa é a oportunidade que o estudante tem de sintonizar-se com o mundo, ter direito de fazer uma pesquisa de altíssima qualidade por meio da internet. Isso é fundamental. Associe-me aos agradecimentos de V. Exa. ao Ministro Hélio Costa, que tem feito um trabalho fantástico. Minas possui vários Ministros, mas o Ministério de Telecomunicações se sobressai pelo trabalho social, perto da população e, principalmente, pelo trabalho em favor do estudante mineiro. Então, leve também os nossos agradecimentos ao Ministro Hélio Costa. Espero agradecer-lhe pessoalmente tudo o que tem feito pelo nosso Estado. Obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta e incorporo a suas palavras as minhas, para também louvar a iniciativa da inclusão digital nas escolas por meio da implantação da banda larga. Realmente, esse é um grande avanço e um grande desenvolvimento que vem por meio do Ministério das Comunicações, na pessoa do nosso Ministro Hélio Costa.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, Minas Gerais deve muito ao nosso Ministro Hélio Costa. Também, nesse momento em que se libera para a Assembléia esse canal 35, todos nós, Deputados, devemos agradecer, pois ele expandirá o raio de ação de nossa televisão e, sobretudo, levará nossa voz, nossa defesa do povo mineiro, reforçando a imagem de Minas Gerais, que já teve tanto prestígio no passado na área financeira - hoje tem a maior produção mineral, mas não usufruímos disso. É preciso, é importante que, do ponto de vista político, nosso Estado possa se espalhar por todos os seus recantos e cantos e também invadir o Rio de Janeiro e São Paulo com sua imagem. A definição desse canal é importante para nós, e gostaria de registrar em sua fala o meu agradecimento ao Ministro Hélio Costa, homem importante para Minas Gerais. Certamente, em um futuro próximo, teremos oportunidade de dar-lhe o apoio de que precisará para governar o Estado. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço ao Deputado Getúlio Neiva sua importante participação. Sr. Presidente e Srs. Deputados, de Brasília também nos chega a notícia - e isso interessa muito às cidades de Curvelo, Bocaiúva e Montes Claros - de que, ontem ou hoje, está sendo realizada a audiência pública, que é um requisito pré-licitatório da licitação pública, para a reconstrução da BR-135. É uma notícia muito importante porque toda a região Norte de Minas está aguardando a efetiva licitação para a construção dessa rodovia, que integrará o PAC. Ontem ou hoje, está sendo realizada essa audiência, e, logo em seguida, será feita a licitação. Não há mais problemas de projeto - nem ambientais -, e estamos caminhando para a efetiva licitação dessa obra: uma obra de R\$400.000.000,00, de verdadeira reconstrução da principal artéria de acesso a Montes Claros e à região Norte de Minas. Com isso, quero louvar a iniciativa do governo federal.

Quero aproveitar o ensejo e parabenizar a Secretaria de Defesa Social, na pessoa do Secretário Maurício Campos, indicado pelo Governador Aécio Neves e pessoa de sua confiança, pois ele acabou conseguindo a compra de centenas de viaturas para reforçar o trabalho da segurança pública das Polícias Civil e Militar em Minas Gerais. Em Montes Claros, no pátio do 10º Batalhão de Polícia, fui informado de que existem centenas de viaturas, que serão distribuídas para as delegacias de Montes Claros e da região, faltando apenas o Sr. Secretário ir até a cidade para presidir a solenidade de entrega desses veículos. Ao cumprimentar o Governador Aécio Neves por esse esforço para dar maior presença da polícia em nossas ruas e para melhorar os padrões da segurança pública em nosso Estado, quero reivindicar ao Sr. Secretário que agilize sua ida a Montes Claros. Para muita alegria nossa, iremos recebê-lo. Esperamos que ele possa fazer a entrega dessas viaturas o mais rápido possível, pois a questão da segurança em nossa cidade é tão grave - praticamente um homicídio por dia, infelizmente - que, quanto mais rápido forem tomadas as providências para uma maior presença das polícias nas ruas, melhor será para Montes Claros e região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham por meio da TV Assembléia, tomamos conhecimento de que o governo do Estado, em parceria com a Prefeitura de Montes Claros, decretou a criação de um parque estadual que foi denominado Parque Estadual da Lapa Grande. Não é preciso dizer, mas ainda assim o faço para as pessoas que não residem em Montes Claros: existe uma lapa grande a cerca de 20km da nossa cidade, uma lapa inexplorada, e, em torno dela, foi projetada e decretada a desapropriação dessa área do parque. Porém tem havido alguns problemas, os quais é preciso abordar. Primeiro, até agora não se concretizou a desapropriação, muito menos o pagamento em espécie e prévio, como prevê a lei, a centenas de produtores rurais que estão dentro da área. Segundo, a área que foi determinada para o parque é uma área muito grande, talvez muito maior do que seria necessário, e isso tem trazido intranquilidade e muito desespero para proprietários rurais que tinham as suas fazendinhas ou sítios numa região muito próxima de Montes Claros. Trata-se de uma região aprazível, onde fica a antiga Fazenda das Quebradas, do Sr. Pedro e da D. Arinha. Nessa fazenda, em 1968, Juscelino Kubitschek, pouco antes do recrudescimento do regime militar, passou alguns dias repousando e deixou uma linda mensagem para a querida D. Arinha e para o Sr. Pedro Veloso - este já falecido. Infelizmente, uma propriedade como a Fazenda das Quebradas, que era parte da memória de Montes Claros, está toda estragada.

Os proprietários da área interna do Parque Estadual da Lapa Grande até hoje não receberam indenização, e ninguém fala ou informa sobre a recepção da verba necessária à desapropriação. Se a Prefeitura de Montes Claros e o governo do Estado vão, de fato, implantar o parque, que façam isso concretamente, por meio da efetiva desapropriação e da indenização dessas terras aos seus proprietários. Se não vão fazer, que reduzam o parque a um tamanho, em volta da lapa grande, numa área 10 vezes menor do que a atual projetada e da desapropriação decretada. Seria uma área mais do que suficiente para configurar o aproveitamento da aprazível lapa grande, que muito visitávamos na minha infância; a visita depois foi proibida. Enfim, que dêem uma solução, se possível liberando a área desnecessária. Desde que houve a desapropriação até agora, quando foi decretada a fidelidade para desapropriação, os imóveis perderam valor e os empreendimentos foram desestimulados. Já há quase quatro anos, e nenhuma solução é dada. Faço um apelo ao Governador Aécio Neves e à Secretaria de Meio Ambiente, que tem feito um trabalho muito importante na preservação do meio ambiente. Esse Parque da Lapa Grande é um parque muito importante para Montes Claros e para o Norte de Minas, desde que seja efetivamente implantado. O Governador não quer, tenho certeza, nem nós desejamos um prejuízo aos proprietários de imóveis do lado de dentro do perímetro que foi traçado para o parque, que, a meu ver, chegou a ser um traçado irresponsável, na medida em que não levou em conta a necessidade do parque, mas aproveitou para proteger uma área muito maior do que a necessidade de sua implantação. Trata-se de um assunto muito sério, que envolveu centenas de pequenos e médios proprietários rurais, fazendeiros de pequenas áreas rurais e pessoas que viviam da sua propriedade, pois é uma área que está dentro do cinturão verde de Montes Claros. Infelizmente, é a tristeza e o desespero para muitas e muitas famílias que viviam dessa atividade rural e que não estão podendo mais viver dela.

O último assunto que trago a esta Casa, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para chamar a atenção da Secretaria de Defesa Social, do nobre Secretário Maurício Campos Júnior, que, diga-se de passagem, tem feito um trabalho muito importante em Minas Gerais, na defesa social, cuidando das nossas penitenciárias, dos nossos presídios. A cada dia, uma cadeia a mais é trazida da Secretaria de Segurança para a Secretaria de Defesa.

Pedirei ao Secretário que estude uma melhoria nas condições de trabalho dos Agentes Penitenciários, especialmente no tocante à legalização e regularização de sua situação funcional. É preciso lembrarmos que, atualmente, o segundo maior contingente de segurança de Minas Gerais é o da Secretaria de Defesa Social, é o contingente de Agentes Penitenciários. O primeiro, claro, é o da Polícia Militar; o segundo, o dos Agentes Penitenciários; e o terceiro, o da Polícia Civil. Esse contingente vem crescendo, porque o governo do Estado vem assumindo, na Secretaria de Defesa Social, cadetes que eram da Secretaria de Segurança. No entanto, nem os Diretores das penitenciárias têm uma carreira sólida. Está em tramitação um projeto de lei do Deputado Sargento Rodrigues, ao qual apresentaremos algumas emendas, a fim de dar uma garantia aos Diretores das penitenciárias, dos presídios e, principalmente, aos Agentes Penitenciários. Assim, poderão efetivar sua situação, poderão ser efetivados na forma da lei, e o governo poderá encontrar uma solução definitiva para o problema da instabilidade funcional que hoje estão vivendo. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, para falar de uma situação que muito me estranha. Estamos com os jornais de ontem e de hoje. O "Estado de Minas", numa matéria sobre o Tribunal de Contas do Estado, mostra 14 licitações públicas malversadas, mal preparadas, que foram obliteradas por aquela Corte. Na minha cidade, Teófilo Otôni, essas mesmas licitações, que já foram obliteradas pelo Tribunal de Contas do Estado, voltam a ser feitas e publicadas com os mesmos defeitos, com os mesmos erros. Isso me preocupa, Sr. presidente, porque Teófilo Otôni está precisando de recursos, de obras. Talvez a nossa Prefeita, muito séria e honesta, não saiba que esse tipo de manobra está sendo feita por sua equipe, que comete erros no processo licitatório. Isso é elementar.

O Presidente Lula tem colocado à disposição de Teófilo Otôni, há mais de um ano e meio, recursos do PAC para obras, mas não conseguimos aproveitar um tostão, enquanto a nossa cidade vizinha, Governador Valadares, já tem em obras que estão em andamento R\$90.000.000,00. Dezenas de outras cidades próximas têm sido ajudadas pelo Presidente Lula. Contagem, Betim e uma série de outras cidades estão recebendo ajuda do nosso Presidente, mas o pessoal faz o processo errado, e perdemos o dinheiro. Como cidadão, e não apenas como Deputado, lamento o fato de a nossa Prefeitura não conseguir ser competente para fazer um edital de licitação. Ou seja, lamento que faça uma licitação de maneira repetida e evada de erros. Naturalmente, haverá a obliteração do Promotor de Justiça, do Ministério Público, dos Vereadores ou do Tribunal de Contas do Estado, como ocorreu há um mês. Não se pode brincar com licitações da ordem de R\$40.000.000,00. Dinheiro público é coisa sagrada. O povo está precisando desse dinheiro, das obras que dependem desse dinheiro. Estamos aqui para manifestar nossa preocupação, porque essa matéria cita o edital que denunciei aqui, há um mês. O próprio Tribunal embargou essa licitação.

Hoje, os Vereadores estão comparecendo ao Ministério Público para embargar mais três licitações, mais ou menos do mesmo valor. Dividiram a licitação, mas todos chegando ao mesmo valor e praticamente com o mesmo objeto.

São licitações, Sr. Presidente, que, aliás, falam em obras de saneamento básico, rede de esgoto, quando, na verdade, a concessão é da Copasa. A Prefeitura de Teófilo Otôni não pode fazer obras de esgoto e de água, pois a concessão, a obrigação é da Copasa. Fico me perguntando o que há por trás disso e por que há editais dessa forma.

Estamos lá com o problema do lixo. Há sempre uma preferência pelo "programa de aceleração da corrupção" - PAC; não é o PAC do Lula - na questão do lixo. Há algumas cidades que, propositalmente, fazem o edital errado para poderem contratar em situação de emergência. Alega-se problema grave de saúde. O próprio Ministério Público aceita que se faça a contratação sem licitação da empresa que vai operar o sistema de lixo na cidade. O que será que está acontecendo lá?

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Presidente Deputado Dalmo, Deputado Getúlio Neiva, Srs. Deputados, é exatamente a situação de Contagem. Há quatro anos a cidade não tem concorrência pública para coleta de lixo, varrição, capina e aterro. Faz-se exatamente como V. Exa. aqui mencionou: uma licitação viciada, um edital viciado para ser sujeito a impugnação pelo Tribunal de Contas ou pelo Ministério Público. Suspende-se o edital, e o lixo fica na rua. Por se tratar de uma questão de saúde pública, contrata-se por emergência.

Faz quatro anos, Deputado Getúlio Neiva, que isso acontece. Isso não é um contrato qualquer. Estamos falando de R\$4.000.000,00 a R\$5.000.000,00 por mês. Então, é um "contratinho" de R\$200.000.000,00. Faz quatro anos que Contagem não tem licitação para lixo. Erra-se, vicia-se o edital. Em seguida, ele é suspenso pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas. Faz-se, então, uma contratação por emergência. Vão-se, aí, quatro anos que o atual governo adota esse critério. Como disse, são cerca de R\$200.000.000,00 contratados por emergência.

Isso deveria ser verificado com mais profundidade pelos zelosos responsáveis pela administração pública: o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Deputado Ademir Lucas, agradeço muito o aparte de V. Exa. Pensei que estava raciocinando sozinho, que estava imaginando capeta pendurado na parede.

Existem situações de fato que devem preocupar-nos como administradores públicos que fomos e como Deputados representantes das nossas cidades que somos. O dinheiro público é realmente sagrado. Lembro-me, Deputado Ademir Lucas, de que fui processado. Aliás, um dos 48 processos. Estão quase no fim. Fui processado porque contratei as pessoas para fazerem a limpeza dos terrenos baldios a fim de evitar a proliferação da dengue. É preciso combater a dengue com medidas como limpar os terrenos, tirar as garrafas e pneus velhos e eliminar depósitos de água. Há um rio em Teófilo Otôni que corta a cidade, chama-se Todos os Santos. Há vários outros rios, riachos e córregos que correm para o rio e também cortam a cidade. Por serem muito pequenos, às vezes o grande depósito de lixo feito pela população os oblitera deixando a água limpa, mas parada, ocasionando a ocorrência de dengue. Na atual mandato, tivemos um surto muito grande em razão do que citei.

Contratamos os profissionais, mas fomos processados, porque essas pessoas estavam eliminando essas minilagoas de água limpa.

Na semana passada, andando pelas ruas da minha querida Teófilo Otôni, vi lá 190 pessoas capinando a rua e coletando lixo. Não estou-me referindo aos terrenos baldios, às beiras de córregos.

Fui processado, e o atual governo usa pessoal com camiseta de combate à dengue para limpar as ruas, que realmente estão ruins. Tem havido problemas com a empresa que faz a coleta de lixo. A Prefeita inventou essa forma de contratação das pessoas para capinar as ruas. Estão capinando as ruas, mas deixando lixos amontoados pelos bairros da cidade. Visitei alguns locais onde vi montes de lixo, o que é muito pior que o lixo. Acumularam junto ao lixo garrafas e pneus. Repito: há montes de lixo espalhados pela cidade.

São dois pesos e duas medidas. Trago-lhes uma notícia do "Estado de Minas". O Conselheiro Andrada, do Tribunal, disse que são medidas preventivas porque acontece muito de os editais estarem equivocados, errados, malfeitos ou mal elaborados. Condenei aqui - para o que pedi providências, as quais o Tribunal acatou - o fato de haver carta marcada. O edital era de carta marcada. Informei o nome da empresa que ganharia a licitação de R\$40.000.000,00, a Terrayama. Estava tudo combinado. Só essa empresa atenderia às condições do edital. Ocorre que o mesmo edital está publicado. Tiraram apenas a exigência de a usina estar a apenas 30km de distância do centro da cidade. Só isso foi tirado do edital, todos os demais efeitos continuam a prevalecer.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa., que é Presidente da mais importante das comissões desta Casa, sabe do rigor que a Assembléia tem tido para manter a lei, para organizar as coisas, para fazer tudo direito. Ficamos preocupados quando nosso povo nos pergunta por algum recurso, anunciado pelo Lula, que não chega de jeito nenhum. Não é que o dinheiro não chega, o que não há é competência instalada para fazer a licitação, a concorrência pública ou a tomada de preços, para fazer com que a obra tenha início.

Por outro lado, não há competência técnica instalada. O meu Deputado Federal, Ademir Camilo, destinou recursos para asfaltarmos um bairro chamado Turma 37. O dinheiro está, há um ano e meio, disponível na Caixa. Quando a obra começou a ser realizada, perceberam um erro de projeto, não havia saída para a água nem existia proteção das laterais do asfalto. Não havia todas as previsões no edital, que estava todo errado. Atualmente, temos mais três editais cheios de erro. A quem serve esse tipo de trabalho? A população está reclamando obras que não

saem do papel. Sr. Presidente, desculpe-me ter de ocupar este tempo e este espaço para falar desses assuntos.

Gostaria de agradecer ao Secretário de Meio Ambiente, que esteve nesta Casa conosco e que pediu, após solicitação minha, a aceleração do processo de liberação ambiental para a construção da usina hidrelétrica de Pavão. A liberação ocorreu na sexta-feira, e as obras terão início ainda nesta semana. O canteiro de obra já está sendo montado. Carlos Chagas terá sua usina hidrelétrica, num lago que inunda terras de Carlos Chagas, de Pavão e parte de Teófilo Otôni, próximo ao Distrito de Maravilha.

Há um fato estranho, querido Presidente e caro Deputado Ademir Lucas. Em 1995, tive a ventura de ser Secretário Adjunto de Minas e Energia, quando assinei contrato com a Queirós Galvão, em prol dessa usina. Agora, estamos com problema maior. A Copanor, que está instalada em Teófilo Otôni, licitou obras em 540 localidades, com mais de 200 mil e com menos de 5 mil habitantes. Com isso, teremos um problemão de todo tamanho, sobre o qual já até conversei com alguns companheiros na Comissão de Fiscalização Financeira.

Precisamos fazer pequena alteração em um projeto da Copasa em andamento nesta Casa. Não é mais possível imaginar que tenha de haver licença ambiental para se fazer rede de esgoto, rede de água, estação de tratamento de esgoto, estação de tratamento de água, em localidades com 200, com 300 ou com 500 habitantes. Não é mais possível permitir que a população ande em valas, cheias de cocô, pise em fezes ou deixe suas crianças adoecerem porque há a dependência de uma licença ambiental.

Estou citando o exemplo da usina de Carlos Chagas, porque o contrato foi assinado em 1995, mas só agora conseguimos a licença ambiental. Trata-se de uma obra de pequeno porte, uma pequena central hidrelétrica. Mas vejam o tamanho dela em relação a uma pequena obra, por exemplo, no Distrito de Rio Pretinho, de trezentos e poucos habitantes. O que acontecerá se ficarmos dois, três ou quatro anos esperando? Mais gente morrerá; e não apenas de doenças hídricas pelo fato de não termos água tratada ou de pisar em esgoto. E fico preocupado com tais situações porque, quando debatemos sobre o meio ambiente, há uns "xiitas" que acreditam que, até para matar uma mosca, se precisa de licença ambiental para saber quantas moscas existem naquele território e, então, decidir se pode matar uma. Temos essa preocupação com o povo mais pobre, pequeno, e é a mesma preocupação que temos em relação à Vigilância Sanitária. Um caso curioso é que ela vai ao interior e arrebeta com o pequeno produtor rural, dá multas elevadas, em que a menor é de R\$3.488,00. Começa nesse valor, e ainda repica.

Sr. Presidente - para encerrar o meu pronunciamento de uma forma mais alegre -, conta-se que, na minha região, próximo de Fronteira dos Vales, um cidadão criava porcos e foi visitado pela Vigilância Sanitária, que lhe perguntou que alimento dava a seus porcos. O cidadão respondeu: "Eu estou dando lavagem, a sobra de comida aqui de casa". O fiscal disse: "Não pode; o senhor tem de dar ração balanceada". O fiscal dá a multa e, um mês depois, volta perguntando: "Que ração o senhor está dando para os porcos?". O cidadão então mostrou a ração. O fiscal disse: "Nessa ração falta cálcio". Ele dá mais uma multa e, na terceira visita, perguntou: "O que você está dando para os seus porcos? Ele respondeu: "Doutor, agora estou dando um vale-refeição, e eles que se virem". Um abraço.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de saudar a todos e a todas. Cumprimento toda a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, que está realizando mais uma feira, a Feniub, em Uberlândia; tive a honra e o prazer de estar presente na abertura, ontem. Ela está com um novo formato, com palestras e debates voltados ao desenvolvimento. Quero parabenizar a Presidente da Associação Comercial, Dra. Rosalina.

Gostaria de dizer que recebemos correspondência do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos de Minas Gerais - Sindifisco -, em que solicita o empenho na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2008, e também pela emenda apresentada pela Deputada Ana Maria Resende, a qual dispõe sobre a reparação de possíveis cortes efetuados no período compreendido entre janeiro de 2004 e junho de 2005. Gostaria de dizer que apresentamos, e aprovamos, uma emenda em que se garante que os contribuintes que tiveram o veículo roubado, furtado ou extorquido receberá de volta o valor pago pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. A Secretaria de Estado de Fazenda já regulamentou a matéria. No Brasil, é assim: primeiro, há uma grande luta para aprovar uma legislação; depois da aprovação, há uma luta maior ainda para que essa legislação seja cumprida. Depois de muita cobrança, a Secretaria de Fazenda regulamentou, por meio de um decreto, datado de abril, a proposta de alteração da legislação que trata do IPVA. A medida prevista na Lei nº 17.247, como já disse, é resultado de emenda negociada por este Deputado que lhes fala, Deputado Weliton Prado, ao Projeto de Lei nº 1.585, de autoria do Executivo, que alterou tributação e taxas de alguns produtos e serviços. No caso, o contribuinte que tiver o veículo roubado, furtado ou extorquido poderá solicitar a restituição do imposto pago, após o término do exercício que se refira o mesmo.

É mais que justo. O cidadão já foi prejudicado quando teve seu veículo roubado e, se pagou apenas algumas parcelas, não é justo que continue ainda a pagar as outras. Ao contrário, ele tem o direito de receber o que pagou. Isso é muito justo. Finalmente, já houve regulamentação, e o cidadão que tiver seu veículo roubado terá o direito de ter a devolução do pagamento do IPVA.

Gostaria de dizer também que existe reivindicação antiga nossa, e até hoje não houve resposta do governo. Os funcionários administrativos da Polícia Civil recebem menos de um salário mínimo como salário-base. Já realizaram audiência pública nesta Casa, já estiveram diversas vezes com o governo, que até hoje não se posicionou. Também fizemos as mesmas reivindicações para outra categoria muito sofrida, a dos motoristas que desempenham diversas atividades nos diversos órgãos da administração direta e indireta e estão na mesma situação de desamparo dos servidores administrativos da Polícia Civil. Esses profissionais não foram organizados em uma carreira específica de acordo com a legislação mineira que institui a carreira dos diversos grupos de atividades, e sim distribuídos nos variados cargos que compõem os quadros funcionais dos órgãos do Estado. Como exemplos, podemos citar os cargos de motoristas que foram transformados em Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, lotados no Idene; Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, lotados no Detel; Auxiliar de Gestão Lotérica, lotados na Lemg; Auxiliar de Serviços Operacionais, lotados na Sedese, na Sede, na Seapu, na Seape, na Seade e na Ultramig. Com a aprovação, resolve-se o problema da carreira desses servidores - a maioria tem 15, 20 anos de serviço e está com os vencimentos defasados, com valores que variam entre R\$320,00 e R\$395,00, ou seja, menos de um salário mínimo. Muitos não conseguem progressão na carreira, melhoria salarial, de acordo com a escolaridade. Isso é um verdadeiro absurdo! Como pode um servidor que já dedicou tanto ao Estado, que trabalha há mais de 15, 20, 25 anos, receber R\$320,00 como salário-base? É muita injustiça! E dinheiro existe. Somente com ICMS, a previsão de arrecadação gira em torno de R\$25.000.000.000,00. No ano que vem, deverá ultrapassar R\$40.000.000.000,00. Não justifica, portanto, o servidor receber um salário que não lhe dá sequer condições de sobreviver, com o qual não consegue nem pagar conta de água ou de luz, transporte, aluguel. É um servidor que vive em completa depressão. Olhem o quadro de desamparo em que se encontram esses servidores, que trabalham há 15, 20 anos. Muitos foram motoristas de Governadores, Senadores, Ministros e têm conhecimento profundo das relações políticas. Às vezes, fico surpreso ao ouvir suas histórias e experiências, porque o aprendizado é realmente muito grande. Esses servidores têm de fato amor pelo Estado, mas recebem um salário de fome de R\$320,00. E são poucos. Não custa nada o governo colocar a mão na consciência e resolver o problema da carreira dos motoristas, que, de certa forma, estão em desvio de função, ocupam cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico, Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, Auxiliar de Gestão Lotérica, Auxiliar de Atividades Operacionais. Todos são motoristas. Mudaram a nomenclatura e não resolveram o problema da carreira desses servidores, o que é muito injusto.

Solicito ao Líder de Governo que, de forma carinhosa e urgente, olhe para a situação desses motoristas, desses servidores sujeitos ao regime estatutário, que, comparada com a dos ocupantes de emprego público sob regime trabalhista, denominados celetistas, é mais injusta ainda.

Segundo a categoria, ao contrário dos servidores celetistas, os servidores estatutários não recebem benefícios como pagamento de hora extra, já que, muitas vezes, saem em atividades, acompanhando algum Secretário de Estado e até o próprio Governador, e ficam na rua até de madrugada, não recebendo hora extra, valor pago quando o trabalho excede a jornada estabelecida. Então, esse trabalhador trabalha mais e não recebe por isso. Além do mais, há a melhora salarial com o oferecimento da jornada de trabalho maior para os celetistas. Os celetistas que ganham pouco conseguem obter uma proposta melhor de trabalho, o que é justo.

De acordo com o Anexo I do edital do processo seletivo público realizado pela administração dos serviços, a faixa de salário-base para o motorista é de cerca de R\$700,00, para 44 horas semanais. Porém, os salários poderão sofrer alterações de acordo com a carga horária correspondente às convocações coletivas de trabalho de cada categoria profissional, o que não acontece com os servidores estatutários que exercem a função de motorista.

Então, esses servidores que exercem a função de motorista há 15, 20, 25 anos não recebem hora extra e recebem muito menos que os motoristas terceirizados contratados pelo Estado. Essa é mais uma injustiça. O servidor que é contratado pelo Estado recebe praticamente o dobro e ainda tem direito de receber hora extra, mas os servidores que são estatutários e que já trabalham para o Estado há décadas, infelizmente, não têm direito nenhum e ainda estão em desvio de função. Então, é preciso que o governo do Estado defina, de forma clara e objetiva, qual a política remuneratória dos servidores públicos, rompendo com essa situação de total apatia decorrente das longas e infrutíferas negociações feitas até agora. Solicitamos ao Líder do Governo que olhe com muito carinho a situação dos motoristas, assim como também solicitamos do governo que olhe, igualmente com muito carinho, a situação dos servidores administrativos da Polícia Civil.

Gostaria de parabenizar o Deputado Sargento Rodrigues, que foi o autor do requerimento que originou uma audiência pública nesta Casa com o conjunto dos servidores para solicitar do governo tomada de providência, já que grande parte dos servidores da Polícia Civil estão em desvio de função. Aliás, tenho aqui contracheques de servidores em situações insuportáveis, como a de um Chefe de Seção, com provento básico de R\$97,00; um Chefe de Divisão, com mais de 20 anos de trabalho, e com uma remuneração básica de R\$140,00; e de um secretário da Jari, que recebe R\$125,00 como salário-base. Não dá nem para acreditar. Gasta-se muito com divulgação, com publicidade e propaganda, mas esquece-se da situação daqueles que mais precisam.

A categoria é pequena, não chegando a 800 servidores, então não custa nada ao governo resolver a situação desses servidores que vão paralisar e, de certa forma, são eles os responsáveis pelo funcionamento de muitas delegacias. Além disso, esses servidores estão pagando para trabalhar, uma vez que o auxílio-transporte mal dá para pagar uma passagem de ônibus em Belo Horizonte, visto que o seu valor é de R\$1,80 ao dia, sendo que o preço de uma passagem na Capital é de R\$2,10. O servidor não recebe nem o suficiente para pagar o transporte porque recebe um auxílio-transporte de R\$1,80 e o valor do transporte é R\$2,10. Então, se o funcionário pega dois ônibus por dia, ele terá de complementar esse valor em mais de R\$2,00, tendo praticamente de trabalhar o dia todo, não podendo nem ir embora para casa porque o dinheiro não dá sequer para chegar ao serviço. Essa é a grande injustiça.

Os referidos servidores, segundo a Lei nº 15.301, estão vinculados ao contexto legal e organizacional da Polícia Civil do Estado e, embora pertençam ao quadro dos servidores efetivos da Secretaria de Defesa Social, ainda não foram reconhecidos e valorizados como parte da Polícia Civil, como prevê a legislação. Eles não fazem jus aos benefícios e às prerrogativas do quadro estritamente policial, tais como aposentadoria aos 30 anos de serviço, com paridade e proventos integrais, abono-fardamento e porte de arma.

Eles estão reivindicando o seguinte: readequação dos quadros administrativos, tendo por base critérios por escolaridade e isonomia remuneratória com o cargo de Perito Criminal e de Escrivão de Polícia, conforme quadro comparativo em anexo. Como alternativa, adequação dos mesmos critérios da Secretaria de Defesa Social nos cargos similares nela dispostos, ou seja, Assistente Executivo de Defesa Social e Analista Executivo de Defesa Social, cujas especificações de cargos são idênticas às desses servidores administrativos da Polícia Civil. Que sejam adotados também os critérios de transitoriedade para aqueles casos em que o servidor Técnico Assistente não possua, ainda, a escolaridade exigida para o cargo estabelecido, estipulando prazo para que ele providencie atendimento a esses requisitos para assim progredir na respectiva carreira, após o enquadramento, que requeremos seja efetivado pelo critério de escolaridade.

É uma situação lamentável. Podemos considerar que o impacto financeiro de uma readequação da matriz remuneratória desses servidores seria pouco significativo nos gastos do Estado com a folha de pessoal, uma vez que são apenas 757 servidores em um universo aproximado de 450 mil servidores públicos estaduais, segundo o Sindicato dos Servidores Públicos.

Fizemos um apelo ao Governador e tivemos aprovado requerimento para realizar outra audiência pública sobre o assunto. Nem dá para acreditar nisso, se mostrarmos para qualquer pessoa o contracheque do servidor que trabalha há 25 anos com o salário-base de R\$125,00. Isso é inadmissível! O motorista recebe muito menos que os motoristas contratados, apenas a metade, e não tem direito a hora extra e a outros benefícios da carreira. Falta apenas vontade política do governo para resolver essas questões. Solicitamos ao conjunto dos Deputados e aos Deputados da base do governo que se unam nessa luta e resolvam o problema desses servidores que estão discriminados e recebendo uma miséria para trabalhar.

O Deputado Federal Elismar Prado está em Brasília, reunido com um conjunto de Delegados e servidores da Polícia Civil, para tratar de uma proposta de emenda à Constituição que está tramitando no Congresso Nacional, a qual garante a equiparação do salário dos servidores da Polícia Civil e dos Delegados com o Ministério Público. O empenho do Deputado Elismar Prado tem todo o nosso apoio.

Enfim, em todas as oportunidades que tenho, faço questão de agradecer às pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram e acreditaram na campanha para a redução da tarifa de energia elétrica em Minas Gerais. Foi uma grande vitória, foi a primeira vez em 56 anos na história que a conta de luz baixou. A todas as pessoas que contribuíram o nosso muito-obrigado. Vamos continuar, fazendo outra campanha a respeito do seguro obrigatório, que aumentou de forma abusiva nos últimos anos. Estamos fazendo também todos os levantamentos dos valores cobrados pela Copasa, que fornece água a preço de vinho. Obrigada.

Deputada Elisa Costa*- Saúdo o Presidente em exercício, Deputado Getúlio Neiva, Deputado muito presente na região dos Vales do Rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha, agradecendo-lhe a oportunidade de fazer uso da palavra neste momento. Quero saudar ainda a todos que nos acompanham pela TV Assembléia, em todo o Estado, servidores, Deputados e Deputadas presentes.

Registro a alegria de estar mais uma vez nesta tribuna para tratar de dois temas. Um deles, Deputado Getúlio Neiva, diz respeito à região do Mucuri, de Teófilo Ottoni e de Governador Valadares. No debate que se travou nesse seminário legislativo "Minas de Minas" e nos dois seminários que fizemos em Teófilo Ottoni e Governador Valadares, tratamos de um tema comum a essas duas cidades e suas regiões: as pedras. Considerando que o Vale do Rio Doce e as regiões do Mucuri e do Jequitinhonha têm uma das maiores reservas mundiais de feldspato e de pedras preciosas, é preciso haver um cuidado especial de adoção de políticas públicas para contribuir com o desenvolvimento desse importante setor econômico e para construir alternativas de desenvolvimento para toda a região.

Como hoje pela manhã foram muito abordadas as questões ambientais e de mineração, quero dizer que o tema ambiental tem uma profunda relação com a questão dos garimpos em Minas Gerais, especialmente em nossa região.

Faço uma interrupção para fazer o importante registro da presença em Plenário do nosso ex-Embaixador, companheiro e amigo Tílden Santiago. Muito obrigada, Tílden. Receba o nosso carinho pela sua luta e por sua história. Você conhece bem a realidade das minas e das pedras preciosas, especialmente em nossa região.

Estamos relatando uma preocupação que há hoje em diversos garimpos de Minas Gerais, especialmente no Rio Doce e na região do Mucuri e do Jequitinhonha, onde há vários garimpos sendo fechados por não atenderem à legislação ambiental. Quero citar os Municípios de Divino das Laranjeiras, São José da Safira e tantos outros ao longo dessas três regiões.

Sabemos, assim como os garimpeiros e os moradores desses diversos Municípios, da importância da preservação ambiental. Estamos trabalhando para que haja uma consciência coletiva, ecológica e ambiental na nossa região e no Estado de Minas Gerais. O ex-Embaixador Tilden já foi Secretário de Meio Ambiente, e sabemos do seu compromisso com a causa e com o tema.

Estamos abordando esse tema na região de várias maneiras. Primeiro, sabemos que o fechamento dos garimpos tem provocado problemas sociais, como o desemprego, a queda da renda, as dificuldades que muitas famílias têm enfrentado. Por outro lado, sabemos também que é importante que os garimpos se adaptem à legislação ambiental, especialmente porque é perceptível, por onde temos caminhado, que há, com o exercício e as tarefas do garimpo, o assoreamento dos córregos e dos rios. Muitas vezes há um prejuízo às nascentes, que precisam ser melhor avaliadas também pelos garimpeiros.

Estamos acompanhando o Sindicato dos Garimpeiros da região, já fizemos algumas reuniões que envolveram os órgãos ambientais e o Ministério Público do Meio Ambiente, e, em alguns Municípios, houve um termo de ajustamento de conduta - TAC -, exatamente para os garimpos se adaptarem à legislação ambiental.

Também sabemos e temos discutido a situação dos nossos garimpos, que trazem sérios riscos à saúde e à vida dos trabalhadores: acidentes de trabalho, com soterramento; umidade e, muitas vezes, insalubridade; ausência de ar, de visibilidade e de iluminação; dificuldades até com as relações de trabalho nas lavras da nossa região.

No seminário em Governador Valadares, assim como no realizado em Teófilo Otôni, várias propostas foram apresentadas, e não somente para dinamizar a economia desse setor, importante para essas regiões, mas também para garantir o funcionamento e a adequação da legislação ambiental e o emprego mais digno dos nossos trabalhadores, cujo trabalho é considerado penoso.

Entre as propostas apresentadas, gostaria de citar algumas. Agregar valor especialmente às pedras brutas retiradas dos garimpos de Minas Gerais. Uma das propostas para agregar valor é que haja a possibilidade de inibir, por meio de uma legislação federal, a exportação das pedras brutas. Essa inibição poderá estimular o beneficiamento, agregar valor às pedras e gerar empregos, oportunidades e formação profissional, para que as pessoas - a juventude e os trabalhadores - possam ficar na região.

Da mesma forma, o setor de gemas e jóias está propondo a redução da alíquota dos impostos na importação da pedra bruta, porque, se ele chegar aqui de uma forma mais presente, acontecerá também o beneficiamento, somando essas duas idéias para que o setor possa ser melhor dinamizado. Há uma reclamação constante hoje do setor de gemas e jóias no que diz respeito à exportação. Com a redução do dólar, a exportação ficou mais difícil e o setor está mais prejudicado do ponto de vista econômico. A queda do valor das vendas pelo câmbio da exportação é muito maior.

O setor também está solicitando que seja dos governos estadual e federal a formação profissional para a indústria de transformação, a lapidação e os "designers" de jóias. Além disso, para agregar valor efetivamente a esse setor tão importante. Da mesma forma, os trabalhadores solicitam apoio para sua própria organização - organização dos trabalhadores nos garimpos, em cooperativas e associações -, para que tenham condições de formar arranjos produtivos locais e regionais para o estímulo à produção mais massiva e organizada desse setor. Aí, a universidade do Mucuri e do Jequitinhonha e a vinda dos Cefets poderão dar grande contribuição na formação profissional, promovendo cursos técnicos nessa área. Assim como os Cefets, o Sebrae, a Fiemg e o Senai, outros setores poderiam contribuir também com a formação técnica e profissional desse segmento em nível de Minas Gerais.

Esse setor solicita também um pacto com os órgãos ambientais para o cumprimento da legislação eleitoral. É isso que dissemos inicialmente: um termo de ajustamento de conduta dando prazo para que os garimpos venham a se adequar num prazo a legislação ambiental. Além disso, a dinamização econômica do setor por meio dos arranjos produtivos locais e das zonas de processamento de exportação, a exemplo do que está ocorrendo hoje em Teófilo Otôni e em outras regiões dos Vales do Rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha.

Portanto são algumas iniciativas, além do fortalecimento da Feira Internacional de Pedras Preciosas, que está acontecendo neste mês de junho, e acontecerá em julho, em Teófilo Otôni e Governador Valadares. O setor está apresentando essa soma de propostas para o aperfeiçoamento da legislação da mineração em Minas Gerais e da própria legislação ambiental no nosso Estado.

Queria registrar o nosso compromisso com a causa ambiental e a realidade dos nossos garimpos, para que realmente ofereçam renda e condições dignas para os trabalhadores, além de condições de trabalho, a fim de que não haja prejuízo algum à saúde dos nossos trabalhadores.

Para encerrar a nossa abordagem, o segundo tema é para registrar, mais uma vez, que já se encontra em Plenário para ser votado, em 2º turno, o projeto de nossa iniciativa, modificando a Lei de Incentivo à Cultura em Minas Gerais, que tem 11 anos de funcionamento. Essa é a nossa proposta. Com a presença da Comissão de Cultura da Assembléia Legislativa, juntamente com os setores, os agentes e os talentos culturais do Estado, as diversas atividades culturais por meio da primeira conferência do setor técnico da cultura, fizemos todo um estudo da atual legislação, aperfeiçoando-a. Quero registrar a grande contribuição da Deputada Gláucia Brandão e do Deputado Domingos Sávio. Teremos, então, uma legislação mais moderna, que interioriza os recursos federais e avança principalmente na descentralização e na distribuição dos recursos. Gradativamente a cada ano, o interior terá sua verdadeira participação na Lei de Incentivo à Cultura. Neste ano 40% dos projetos, dos valores destinados à lei de incentivo, que somam R\$40.000.000,00, serão destinados ao interior e à descentralização desses recursos, democratizando, assim, os investimentos em Minas Gerais. Quer dizer, em 2009 - 41% - até chegar a 2013, no limite de 45%, para os projetos e as iniciativas culturais no Estado. Essa é uma boa notícia para todo o setor cultural que estimulará pequenos grupos, organizações culturais e, principalmente, a cultura popular, resgatando a nossa identidade em Minas Gerais.

Outro avanço do aperfeiçoamento dessa legislação é que as pequenas e médias empresas poderão participar agora e ser incentivadoras da lei de incentivo. Na lei que está em funcionamento somente para as grandes empresas, com faturamento acima de R\$19.000.000,00, era prevista a contribuição.

Teremos três faixas de contribuição especialmente para pequenas e médias empresas. Isso facilitará às empresas do interior, por meio da renúncia fiscal, serem patrocinadoras e incentivadoras dos grupos culturais do Estado. Da mesma forma, a lei também define novas áreas de atuação em relação à lei cultural, incluindo todas as modalidades de cultura neste Estado. Então, registro alguns avanços importantes da legislação discutida com a comunidade cultural, com ONGs que estiveram em várias audiências públicas nesta Assembléia. Esta é uma lei feita a muitas mãos, com muitas idéias, na qual houve a participação do governo do Estado por intermédio da Secretaria de Cultura. Essa foi uma construção coletiva, com forte participação da sociedade, mas principalmente de todos os agentes produtores de cultura e dos grupos culturais de Minas. A lei representa hoje o pensamento cultural de grande parte de Minas e está adequada e modernizada para descentralizar e interiorizar os recursos em nosso Estado. A essa iniciativa somam-se mais R\$10.000.000,00 de recursos do Fundo Estadual de Cultura, que também está beneficiando este ano projetos, em sua maioria, destinados às diversas cidades de Minas. Então, é importante a cultura para o resgate dos nossos valores, do nosso folclore e da nossa identidade. Essa iniciativa da Assembléia é uma boa notícia para Minas, que possui essa diversidade cultural.

Devemos aprovar ainda hoje, em 2º turno, essa legislação, para ser aproveitada por todos os agentes e promotores da cultura, beneficiando,

assim, de maneira especial, a cultura popular em Minas, ajustando-se também aos pontos de cultura, ao sistema nacional de cultura, uma experiência acertada do governo Lula, do Ministro Gilberto Gil. Em Minas Gerais teremos, deste ano para o próximo, mais de 100 pontos de cultura nos Municípios. Portanto, gostaria de registrar essa importante vitória de todos os que têm a cultura como espaço de participação, de envolvimento e de conhecimento das políticas públicas em Minas Gerais. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado, Deputado Sebastião Costa. Aproveitaria que o nosso Embaixador em Cuba, Tilden Santiago, esteve aqui para lembrar, Sr. Presidente, que eu, ele e outros jornalistas de Minas só tínhamos um lugar onde podíamos trabalhar na época da ditadura: no "Diário do Comércio". O Sr. José Costa abrigava-nos porque não tínhamos oportunidade de trabalho. Era funcionário de um banco, cujo gerente era "Xiita", daqueles bravos, revolucionário. Um belo dia fui preso em uma passeata e fiquei três dias detido no Dops. Então, fui demitido pelo gerente do Banco do Estado de São Paulo, onde era caixa, que não aceitou que eu me tivesse afastado por três dias do serviço. Naquele instante, encontrei guarida no "Diário do Comércio", e lá trabalhava meu companheiro Tilden Santiago, que esteve aqui conosco, por isso essa homenagem, Sr. Presidente, antes de falar do tema que me traz a esta tribuna.

Estou preocupado, e V. Exa., como advogado brilhante que é, sabe que minha preocupação tem razão de ser. Estamos vivendo um vácuo jurídico em vários aspectos pela não-regulamentação de dezenas de artigos da Constituição brasileira, o que faz com que os tribunais, especialmente o Supremo Tribunal Federal, passem a legislar em lugar do Legislativo. E essa nossa preocupação em Minas deve ser motivo de reflexão para que atinja os nossos representantes - 53 Deputados mineiros - lá na Câmara dos Deputados. Ontem dediquei 1h30min do meu tempo para assistir à reunião da Câmara dos Deputados. Durante 1h30min, um Deputado do PT falou como uma metralhadora, correndo, para ler um relatório de cujo conteúdo ninguém entendeu nada. Não é brincadeira. Quem pegar uma fita da fala daquele relator tomará um susto e ficará imaginando se aquilo é parlamento ou é brincadeira. Parece brincadeira. É histriônico, uma situação vexatória que nos preocupa como parlamentar. O parlamento tem sido, ao longo do tempo, pisoteado pelo Poder Executivo, mais por culpa nossa, por culpa de nossos representantes em Brasília, que não tiveram, mesmo na revisão constitucional, de que participei, coragem cívica suficiente para aprovar as regulamentações necessárias dos artigos constitucionais. E esse vácuo jurídico está prejudicando a vida nacional, pois está permitindo que alguns Poderes se hipertrofiem sobre outros e que órgãos de governo, como o Ministério Público, que é órgão do Executivo, apareçam mais fortes que a própria Justiça, que é um dos Poderes. Nossa preocupação, Sr. Presidente, com esse aspecto é fundamental. No Brasil de hoje, com a convivência da grande mídia - deve-se dizer, a bem da verdade -, que tem, é claro, seu temor do Ministério Público ou até tem nele a grande fonte de suas denúncias, assistimos a um espetáculo dantesco, fantasmagórico, estranho: a mentira aparece mais forte que a verdade, e a condenação aparece antes de o processo ser iniciado. Vimos isso no caso da prisão dos Prefeitos. Vários deles foram presos, e mostramos aqui que nenhum deles seria condenado. Tudo isso por culpa do vácuo jurídico, da presunção, ao contrário, de que todos são culpados antes de serem julgados. Assistimos a esse espetáculo e vimos recentemente um fato curioso: 17 Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil se manifestaram contra a candidatura de Prefeitos, Deputados ou qualquer político que tenha sido processado. Felizmente, os jornais de hoje trazem a notícia clareadora de que ninguém pode ser considerado culpado antes de sentença transitada em julgado. Se, Sr. Presidente, tivéssemos no Tribunal Superior Eleitoral homens que não fossem experientes e não tivessem capacidade de enfrentar essa maré de degradingação da imagem dos políticos, certamente estaríamos submetidos a essa vontade dos 17 Tribunais Regionais Eleitorais, que consideram todo mundo suspeito.

O Brasil funciona ao contrário, todo o mundo é suspeito de tudo, ao invés de a Justiça primeiro provar quem é culpado de alguma coisa. Os verdadeiros ladrões, os verdadeiros safados nunca aparecem, ou raramente, como no caso da Alstom. Estamos vendo o caso da Alstom, estamos vendo o caso da venda de uma empresa de comunicação para estrangeiros, o que não é permitido pela Constituição brasileira; os grandes negócios do PAC, não o PAC do Lula, o benéfico, o das obras, mas o do "programa de aceleração da corrupção", que tomou conta do Brasil. Não se faz mais pequena corrupção, não se rouba mais galinha, roubam-se milhões, bilhões. A prática agora é diferenciada. O dinheiro vai lá fora, volta por meio de outro banco, que o põe em uma conta nas Ilhas Cayman ou em outra qualquer, e aqui vivemos o tempo todo sob suspeita.

Tive a felicidade, Sr. Presidente, Deputado Sebastião Costa, de ter uma decisão do tribunal de Minas Gerais sobre um processo a que respondia. Fui condenado por nove anos e seis meses porque um funcionário meu emprestou um caminhão para transportar um som, por uma distância de 1.200m, para um comício de um outro candidato. Eu nunca soube de nada disso, e o tribunal me absolveu por 25 votos a 0. Graças a Deus, a Justiça tem níveis, e, nesses níveis, Sr. Presidente, eu queria fazer uma homenagem ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, aos Desembargadores do Tribunal, que dão a Minas e ao Brasil o exemplo, liquidando todas essas perfídias preparadas pelos opositores dos políticos, que criaram essa imagem ruim de todo aquele que se dedica à vida pública. Estamos chegando a uma situação em que as pessoas honestas já não desejariam participar do processo político. Você já entra enxovalhado; virou político, já é ladrão, já é safado, já é sem-vergonha. Então, essa decisão do TSE, caro Presidente, veio restabelecer a verdade, assim como o Tribunal de Contas de Minas Gerais diz aqui. Toquei nesse assunto na primeira parte da reunião exatamente porque me envergonha. É a primeira vez que a minha cidade, Teófilo Ottoni, tem um edital de licitação suspenso pelo Tribunal; R\$45.000.000,00 de um edital de licitação de carta marcada para a empresa Terrayama fazer obras. Aliás, são obras de serviço de água, de esgoto, que são da concessionária Copasa. Então, não poderiam nem estar no escopo desse projeto.

As coisas acontecem neste país, Sr. Presidente, de forma muito estranha, o que nos leva a um raciocínio: o Parlamento precisa ser reforçado. Qualquer cidadão de boa índole e de bom nível há de compreender que, em todos os Estados Democráticos de Direito, o Parlamento é a sustentação dos demais Poderes, é a garantia da continuidade desse sistema tripartite de governo, que garante aos cidadãos a possibilidade de eleger os seus representantes, de dois em dois anos ou de quatro em quatro anos. Não me sinto, de forma alguma, diminuído quando se fala mal do político. Sinto orgulho de ser político. Dediquei 30 anos da minha vida à carreira política e me sinto orgulhoso de ser político. Sei muito bem aquilo que enfrentamos no dia-a-dia, aquela pecha. Mas, graças a Deus, em todos os momentos em que pude fazê-lo, provei que realmente é possível, absolutamente plausível ter bons políticos, bons administradores, bons governantes.

O Brasil segue numa etapa diferenciada, que foi preocupante num determinado momento. Mas, graças a Deus, o Presidente Lula conseguiu demonstrar que a média que ele fazia com o Chávez era apenas um jogo de cena sem maior importância e que não seguiria aquela carreira tresloucada que o Chávez estava fazendo, de fechar canal de televisão, bater na imprensa, desapropriar as empresas privadas, estatizar aquilo que podia. Tanto foi verdade, que o próprio Chávez começou a mudar.

Então, o Brasil, Sr. Presidente, passa por um momento muito bom. E bom no sentido de que o crescimento econômico está sendo forçado pela economia mundial. Não por nós próprios, mas pela economia mundial. Falta comida no mundo? Falta. Vai faltar mais? Vai. Qual é a salvação do mundo? Buscar o Brasil como fonte segura para a produção dos alimentos. Mas como vamos produzir alimentos, a não ser com as grandes empresas, se não protegermos os pequenos produtores rurais?

Contei aqui, na primeira parte da reunião, um caso interessante da Vigilância Sanitária em relação aos pequenos produtores rurais. Se não dermos estrutura para os pequenos produtores rurais, se não fizermos com que eles continuem no campo como produtores, vamos continuar com esse êxodo rural fantástico, acelerado para os grandes centros. E, aqui, serão eles o quê? Morarão nas periferias mais longínquas, nos espaços mais inadequados, sabendo apenas capinar. E é daí que vem o grande drama da vida urbana brasileira. O cidadão vem do interior bravo, chega à Capital, está cercado de luzes, cinemas, "shoppings", todo o mundo bonito, arrumado, com um tênis bacana. E o cidadão que não tem vai arranjando um jeito de ter tudo isso. Aí começa o problema da segurança pública, o inchamento e o despreparo das cidades para o crescimento. Nenhum administrador público consegue fazer uma cidade crescer ordenadamente com esse êxodo fantástico que está acontecendo no Brasil.

São preocupações genéricas sobre o nosso país, mas importantes. Precisamos ter uma política agrícola, mas, para tê-la, é preciso haver reforma agrária. Este governo, o próprio Presidente Lula confessou que não conseguiu fazer o que ele queria. Reforma agrária no Brasil é uma grande balela, é conversa fiada. Quem fala em reforma agrária fala apenas tentando iludir o pessoal ou usufruir dos resultados das invasões do MST - irresponsáveis, porque, na verdade, reforma agrária não se faz com cabeleireiro, com mecânico acampado na beira da estrada para pegar um pedaço de terra e, depois, vendê-lo para um terceiro. É isso que acontece e vai continuar acontecendo no Brasil enquanto não se municipalizar a reforma agrária, porque apenas o Prefeito e o Vereador sabem como fazer, sabem quem tem origem rural para ocupar as terras. Enquanto não se municipalizarem determinados serviços, enquanto não se der estrutura ao pequeno produtor rural para que ele não precise fugir do campo, enquanto não dermos assistência aos pequenos povoados, Distritos e cidades, para que tenham toda a rede de serviços necessários à população, vamos ter problemas.

Este meu discurso, Sr. Presidente, é um discurso genérico, de um cidadão brasileiro que deseja que o Brasil melhore, que sonha com um Brasil melhor, que quer fazer com que esta pátria seja mais gostosa, mas quer, sobretudo, que possamos aproveitar os grandes recursos que Deus nos outorgou: os recursos minerais, os recursos das terras boas, as vantagens que temos sobre os outros países do mundo, mas estamos desperdiçando. Este é um momento importante para o Brasil, mas seria muito melhor se todos os cidadãos brasileiros comessem a tomar consciência do que está acontecendo e, nas eleições, votassem melhor. O eleitor não deve queixar-se dos políticos, mas votar melhor. Verifiquem em quem vocês votaram nas últimas eleições. Se todos os cidadãos brasileiros comessem a tomar consciência do que está ocorrendo, tudo estaria melhor. Vêm aí as eleições. Devem votar melhor e não se queixar dos políticos. Votem melhor. Verifiquem em quem votaram nas últimas eleições. Pesquisa feita por instituto de Belo Horizonte mostra que, na Capital, 7 entre 10 pessoas não lembram em quem votaram para Deputado nas últimas eleições. Isso é terrível. É preciso que as pessoas prestem atenção.

Vem aí um momento político importantíssimo. Analisemos com carinho. A Assembléia Legislativa, por meio da TV Assembléia, tem uma propaganda interessante mostrando como o cidadão deve votar. É preciso prestar atenção antes, pois o processo eleitoral começa agora. Há pessoas que deixam para escolher o seu candidato na última semana, depois que houve a massificação da mente.

Então, Sr. Presidente, é um pronunciamento genérico, falando sobre coisas do Brasil e da nossa atividade, na convicção de que o parlamento vai-se engrandecer um dia se todos nós prestarmos atenção nesses assuntos com mais carinho, com mais amor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Costa) - A Presidência cumprimenta o Deputado Getúlio Neiva por seu pronunciamento e reconhece que parte de suas abordagens refere-se a temas atuais que merecem uma reflexão profunda. Portanto, repito nesta oportunidade o que disse no início, quando lhe concedi a palavra: a participação do Deputado Getúlio Neiva tem engrandecido o debate na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2008

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, reserva em hotéis e traslados. Pregoaante vencedor: HRA Viagens e Turismo Ltda.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.